

7

Desbravando o polissistema português dos séculos XV e XVI

Senti, na última página, que minha narração era um símbolo do homem que eu fui enquanto a escrevia, e que, para redigir essa narração, eu tive que ser aquele homem, e que, para ser aquele homem, eu tive que redigir essa narração e assim até o infinito. (No instante em que deixo de crer nele, “Averróis” desaparece.)

Jorge Luís Borges, “A busca de Averróis”

Os anos quatrocentistas e quinhentistas em Portugal não são propriamente um período de muitas traduções, 145 no total, segundo levantamento de A. A. Gonçalves Rodrigues (1992). No entanto chama-nos a atenção o fato de haver 21 livros científicos nesse conjunto inicial de traduções para a língua portuguesa, recém-estabelecida como língua nacional. A maior parte dessa literatura científica traduzida é de livros de astrolomia. A produção de literatura astrolômica nesse período – escritas ou reescritas – decerto impulsionou e igualmente foi impulsionada pelo desenvolvimento náutico. Ademais, um fator que também se pode destacar nessa empreitada ibérica é a forte presença de astrônomos árabes e judeus, que, além de serem os especialistas nos instrumentos dessa ciência náutica rudimentar baseada em navegação astrolômica, eram também, em grande medida, os próprios escritores, tradutores ou editores desses livros, muito em função das práticas tradutórias e científicas que se estabeleceram entre eles na Idade Média. Entretanto havia também a Inquisição, que não só os perseguiu, mas também rejeitou as suas práticas, dentre elas a “astrologia judiciária”, incluída como tema na nona regra do *Index librorum prohibitorum*, de 1564. Além disso, o reconhecido poliglotismo dos eruditos portugueses, assim como dos judeus, não era um incentivo à tradução, sobretudo desse tipo de livro, considerado suspeito. Neste capítulo, analisaremos alguns textos do polissistema português dos séculos XV e XVI. Articulados com algumas ideias e farta bibliografia secundária, esses textos nos revelam o papel da tradução e da astrolomia no período da expansão marítima, além de nos revelar os próprios conceitos de tradução e ciência da época. É aqui também que se encerra (por ora) a nossa saga tetrabíblica, com o manuscrito 1866 da Biblioteca Nacional de Espanha – uma reescrita castelhana quatrocentista do *Tetrabiblos* –, que compõe uma camada importante desse palimpsesto.

7.1

Origens de Portugal e do sistema literário em língua portuguesa: bilinguismo e tradução

Para começar este último capítulo, vejamos, junto com Saraiva (1979) e Marques (2006), alguns momentos da história de Portugal, necessários para entender o cenário português dos quatrocentos e quinhentos.

Os romanos chegaram à Península em 218 a.C., dividindo-a em Bética, Hispânia e Lusitânia. Séculos mais tarde, a Bética foi separada em Cartaginense e Calécia, sendo que essa última – Calécia/Galiza/Galícia – equivale ao atual território português ao norte do Rio Douro. A Lusitânia, por sua vez, equivale ao atual território de Portugal ao sul do Douro. Os judeus, desde a diáspora do século I, encaminharam-se para a Península, de onde seriam expulsos séculos mais tarde. Nos séculos V e VI, invasores germânicos (alanos, vândalos e suevos) romperam a unidade romana, latina e cristã na Península e, de 411 a 585, estabeleceram um reino suevo na Galícia e em parte da Lusitânia. Em 520, em luta com os invasores que durou até 585, instalou-se uma monarquia visigótica (povo aliado dos romanos), cujo último monarca – Rodrigo – foi destronado em 711 pelos árabes recém-chegados à Península. Na sua parte ocidental, eles invadiram uma região mais ou menos equivalente à Lusitânia, que chamavam de al-Garb/Algarve al-Andaluz (que significa o ocidente de Andaluz). Durante quase cinco séculos (na Espanha foram quase oito), o Islã reorganizou a região, que fazia parte do califado de Córdoba.

Com a chamada Reconquista, no século XII, muito favorecida pelo desmembramento do califado em reinos de *taifa* (que significa bandeira) na centúria anterior, instaurou-se o reino independente de Portucale, ou Portugal, como toda a gente já falava desde o século X. Depois da batalha de São Mamede (1128), Afonso Henriques, ou Afonso I, filho do conde Henrique de Borgonha, torna-se independente de seu primo, Afonso VII, rei de Leão e Castela. Nesse movimento, isola-se também da Galícia. Num deslocamento do norte para o sul, iniciado em Guimarães, terra onde nasceu D. Afonso Henriques, e encerrado em Faro, no extremo sul do país, em 1249, gradativamente Portugal foi anexando as áreas reconquistadas aos mouros, e seus limites são quase os mesmos de hoje. No meio do caminho, em 1143, D. Afonso foi sagrado o primeiro rei de Portugal.

O termo “reconquista”, que parece invenção de historiador para demarcar um certo acontecimento, era usado pelos próprios reconquistadores cristãos. Mas reconquista de quê? Quando foi a conquista, para se falar em reconquista? Vale lembrar que, antes do domínio árabe, a monarquia visigótica, além de ser cristã, era aliada dos romanos contra os povos germânicos. Portanto, mais do que um conflito religioso, a Reconquista era uma questão de herança: todos os monarcas da Península reconquistada aos mouros se consideravam herdeiros da monarquia visigótica. De D. Afonso Henriques, rei de Portugal de 1143 a 1185, a D. João I (1385-1433), passando pelos momentos românico e gótico de tantas construções ainda existentes em terras lusitanas, consolidou-se o reino português.

Tomando arbitrariamente como ponto de partida a chegada dos romanos, mas não olvidando o substrato cultural já existente, autóctone ou não, como os celtas e os iberos, esse é mais ou menos o pano de fundo da finisterra no período medieval. Com essa sobreposição de culturas, decerto se produziu muita tensão, mas também muito intercâmbio, e esta é uma das marcas da cultura portuguesa: circulação de gentes, saberes e mercadorias. Não só gente que chega, mas também gente que sai. Por exemplo, não é novidade para ninguém que, com a epopeia marítima, os portugueses foram longe, apesar de poucos (um milhão nessa época), e levaram seu modo de ser e de falar a mares nunca dantes navegados e terras nunca dantes visitadas. Até hoje Portugal recebe muitos imigrantes, mas também repele muitos portugueses, que, como emigrantes, vão tentar uma vida melhor em outros países.⁶⁵

Dessa mescla cultural, um dos principais emblemas é a língua que ali se vai usar. Nos falares locais inseriu-se, com a Lusitânia, o latim de soldados, mercadores, funcionários e colonos, ou seja, o latim imperial ou vulgar, que vigorou até o fim do Império Romano, sofrendo mais ou menos as mesmas variações por todo o Império. Com o tempo, segundo Teyssier (2004), o latim imperial vai dando origem aos falares românicos, mantendo-se, entretanto, como a língua oficial da Igreja. Apesar de não haver registros linguísticos do período germânico e visigótico, parece clara a metamorfose do latim imperial em proto-

⁶⁵ Para confirmar isso, basta ver o tempo destinado na televisão portuguesa às várias comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, ou então passar alguns poucos dias em qualquer aldeia no interior de Portugal. É muito comum os próprios membros da família ou da comunidade local chamarem de emigrantes àqueles que vão tentar a vida em outros países da Europa ou em outras partes do mundo, e que voltam às suas aldeias portuguesas de férias.

romance, aparecendo “certas fronteiras linguísticas [...] [como] a que vai separar os falares ibéricos ocidentais, donde sairá o galego-português, dos falares do Centro da Península, donde sairão o leonês e o castelhano” (Teyssier, 2004, p. 13). Mas tudo isso no norte da Península, porque, no sul, inclusive Lisboa, vigoravam o Islã e os dialetos moçárabes. Sobre isso, são inesquecíveis as passagens narradas por José Saramago na *História do cerco de Lisboa*, como esta em que, antes da tomada da cidade por D. Afonso Henriques, encontram-se mouros e portugueses numa missão diplomática:

Este Rogeiro [um cronista] não conhece uma palavra de arábigo nem de galego, mas neste caso não será impedimento a ignorância, pois todo o debate, vá por onde vá, sempre irá dar ao latim, graças aos intérpretes e aos tradutores simultâneos. Em latim falará o arcebispo de Braga, para o arábigo o traduzirá algum destes frades que vieram, [...] depois responderá o mouro na sua língua, que o mesmo ou outro frade transporá para o latim, e assim sucessivamente, o que não sabemos é se haverá por aqui alguém encarregado de passar ao galego um resumo de quanto se disser, para que vão se inteirando do debate os portugueses de uma língua só. (Saramago, 1989, p. 198)

Com o isolamento da Galícia e o deslocamento para o sul, o galego-português começou a se espalhar. Segundo Teyssier (2004, p. 26), “tal como o castelhano, o português originou-se de uma língua nascida no Norte [...] que foi levada ao Sul pela Reconquista”. No entanto, com o tempo, apesar da escola literária galego-portuguesa, a consolidação do reino português transformou a língua em artigo de afirmação nacional. Em 1279, o rei D. Dinis proclamou a língua portuguesa como idioma oficial e, em 1290, instituiu os Estudos Gerais (Universidade) de Lisboa, depois transferidos para Coimbra, que tinham como uma de suas tarefas “dar organicidade à língua, defendê-la, difundi-la” (Donato, 2005, p. 116). É a partir do século XIV, já definitivamente separado do galego, e com o eixo Lisboa-Coimbra como centro, que o português moderno, ou português europeu, vai se estabelecer e se inovar, tornando-se o padrão.

A nomenclatura usada até então nesta seção – galego-português e português europeu – faz parte da periodização da língua portuguesa proposta por Paul Teyssier, no seu livro *História da língua portuguesa* (2004). No entanto há controvérsias. A periodização da língua portuguesa proposta por Evanildo Bechara, na sua tese *As fases históricas da língua portuguesa* (1985), por exemplo, é outra. Para ele, é possível periodizar o português com base em fatos linguísticos, em vez de históricos, literários ou de qualquer outro tipo. Sua

proposta é a seguinte: o português arcaico vai do século XIII ao XIV, o português arcaico médio, do século XV à primeira metade do XVI, o português moderno, da segunda metade do XVI à segunda metade do XVII, e o português contemporâneo, do século XVIII aos dias de hoje. De maneira geral, é possível associar totalmente o galego-português de Teyssier ao português arcaico de Bechara; todavia o português europeu de Teyssier cobriria o português arcaico médio, o português moderno e o português contemporâneo de Bechara.

Independentemente da discussão sobre periodização, o fato é que o meio acadêmico aceita atualmente a *Notícia de Torto* (1214-1216) e o *Testamento de D. Afonso II* (1214) como os mais antigos escritos em língua portuguesa (ou galego-portuguesa). Vale lembrar que por muito tempo se acreditou que o *Auto de Partilhas* (1192) e o *Testamento de Elvira Sánchez* (1193) eram os documentos mais antigos; no entanto esses primeiros testemunhos foram na verdade escritos em latim nas datas mencionadas e traduzidos para o português no fim do século XIII. Pelos títulos, percebe-se que documentos oficiais e particulares já eram escritos em “linguagem”. Acrescentemos a esses pouco emocionantes textos notariais, a poesia lírica peninsular, como os *Cancioneiros da Ajuda, da Vaticana e da Biblioteca Nacional de Lisboa*, com suas cantigas de amigo, amor e escárnio, e as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, rei de Leão e Castela. Essas compilações foram escritas por vários autores galegos, portugueses, leoneses e castelhanos, com base na língua falada na Galícia e no norte de Portugal. Assim como seu avô Afonso X, D. Dinis, rei de Portugal, também foi um trovador, bem como seu filho D. Pedro, conde de Barcelos (1289-1354). Foi ele, D. Pedro, um dos iniciadores da prosa literária portuguesa, e lhe são atribuídos o *Livro das linhagens* e a *Crónica geral de Espanha de 1344*.

Já mencionamos a *Crónica geral de Espanha* no capítulo anterior, quando tratávamos do movimento tradutório em Toledo e dos livros de astrolomia escritos e reescritos na corte. Durante muito tempo se acreditou que a *Crónica* tivesse sido escrita originalmente por Afonso X, tendo sido traduzida ou mandada traduzir para o português por D. Dinis, seu neto. Todavia, no século XX, os manuscritos começaram a ser analisados linguística, histórica e literariamente, não havendo mais motivos para se supor que não tenham sido escritos originalmente em português. Segundo Luís Felipe Lindley Cintra (1990, v.1, p. LXXVIII), filólogo responsável pela edição crítica dessa obra, “a crônica de 1344 se deve a [...] um

discípulo português dos historiógrafos castelhanos da escola de Afonso X”, provavelmente D. Pedro, o conde de Barcelos, filho de D. Dinis e organizador do *Livro das linhagens*. Os argumentos são cuidadosamente apresentados por Cintra no primeiro volume da edição crítica da *Crónica*, e se resumem da seguinte maneira: 1) as fontes da *Crónica* e do *Livro das linhagens* são as mesmas, exceto pela *Crónica do mouro Rasis*, incluída na *Crónica geral de Espanha*; mas 2) decerto o conde de Barcelos conhecia essa crônica (do mouro Rasis), já que fora seu sogro quem a traduzira, a mando de D. Dinis; 3) D. Pedro esteve na Espanha de 1317 a 1320, e provavelmente entrou em contato com a escola de Afonso X e com as suas fontes; 4) por volta de 1344, D. Pedro tinha a tranquilidade e a capacidade literária necessárias para uma empreitada desse porte (Cintra, 1990, v.1, p. CLXXXIX-CLXC).

Cintra faz também uma reflexão importante sobre a questão da autoria nesse período, além de apresentar um paralelo entre as práticas de tradução, compilação e redação levadas a cabo por D. Pedro e seu bisavô, Afonso X:

D. Pedro é autor do *Livro das linhagens* [e também da *Crónica geral de Espanha*] pouco mais ou menos no mesmo sentido em que seu bisavô, Afonso, o Sábio, o é de suas obras. Dirige a compilação das fontes, indica como hão de ser utilizadas, manda-as traduzir quando necessário e encarrega os seus colaboradores de redigir a obra, segundo as suas orientações. Ele próprio revê e aperfeiçoa o conjunto, uma vez redigido (ibid., p. CLXXXIII).

Trata-se da figura do autor-coordenador, que, guardadas as devidas proporções, equivale às edições atuais de grandes dicionários, como é o caso dos nossos Aurélio e Houaiss, que são organizados e produzidos segundo a orientação que foi estabelecida por seus autores, respectivamente Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Antônio Houaiss. Um exemplo dessa mesma prática na tradução é o caso de *A comédia humana*, de Honoré de Balzac, feita sob a coordenação de Paulo Rónai. Os sentidos de autoria e tradução aqui têm um aspecto coletivo. E é esse o sentido do trabalho de boa parte das iniciativas tradutórias no medievo, como na Bagdá de Hunayn ibn Ishaq, como vimos no capítulo anterior. Ademais, de maneira geral, a autoria não era prioridade na Idade Média, e a produção textual baseava-se na imitação de modelos autorizados, sendo os textos traduzidos, copiados e comentados sem a preocupação de registrar a origem ou o autor do texto. O parâmetro da originalidade só aparece mesmo

com a modernidade. No entanto o papel cultural desses episódios de tradução é transparente. Além de produzirem um aporte semântico na língua receptora, esses episódios constituem forças atuantes nos períodos de transformação do pensamento, pois diversificam e institucionalizam uma cultura textual, e também encorajam e administram a influência estrangeira na produção científica (Montgomery, 2000, p. 292).

Conforme mencionamos anteriormente, a *Crónica do mouro Rasis* foi uma referência importante na *Crónica geral de Espanha*. Ela foi traduzida do árabe por Mestre Maomé e redigida em português por Gil Peres, clérigo de Perno Anes de Portel, a mando de D. Dinis. Trata-se da história da Península desde os seus primórdios, contada pelo historiador árabe do século X, Ahmed Arrazi (o mouro Rasis). Cintra examina criteriosamente as suas fontes e trata de uma questão cara aos estudos da tradução – a fidelidade –, questionando adições e subtrações, além de investigar também se o texto da *Crónica do mouro Rasis*, uma das fontes da *Crónica geral de Espanha*, realmente estava em língua portuguesa. Resumindo seus argumentos: 1) D. Pedro seguiu Gil Peres com fidelidade, abreviando algumas partes, mas nunca ampliando; e 2) a tradução de Gil Peres é autêntica, mas nem sempre fiel às obras de Arrazi. Talvez possamos dizer que o tradutor, filho pródigo de sua época, deu asas à imaginação e, num movimento de palimpsesto, transformou o reinado de Rodrigo (um dos assuntos da *Crónica*) no primeiro romance histórico da literatura portuguesa (Cintra, 1990, v.1, p. CCCXXXVI-CCCLI).

A conexão entre Espanha e Portugal fica evidente, como vimos na *Crónica geral de Espanha*, já que Afonso X, patrono das atividades tradutórias e historiográficas em Toledo, é uma figura importante na história do pensamento em Portugal, pois presenteou seu neto, D. Dinis, com boa parte de suas obras científicas. Além disso, como vimos, mais do que parecidos, os idiomas português e espanhol compartilham de uma mesma fonte: a deriva do latim imperial em proto-romance, que, em Portugal, gradativamente vai dar origem ao galego-português e, na Espanha, ao castelhano e ao leonês. Apesar de essas línguas terem começado um processo de autonomia alguns séculos antes, e de já haver até uma produção textual em português, como vimos anteriormente, decerto continuou havendo intercâmbio por conta de uma história familiar e política comum, da proximidade geográfica, além do compartilhamento de saberes e técnicas.

Posteriormente, com a União Ibérica (1580-1640), isso se acentuou. Segundo Teyssier (2004, p. 43), “entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos”. Isso é evidente na produção escrita dos anos quinhentistas, tendo em vista que quem escrevia em português, também escrevia em castelhano (como foi o caso do matemático Pedro Nunes e de Camões, só para citar dois exemplos em campos diferentes).

Segundo Pinilla & Valencia (2003, p. 217-219), foi um “momento histórico marcado pelo bilinguismo e o predomínio do castelhano”, e esse bilinguismo implicou restrição de tradução, havendo pouquíssimas traduções científicas e clássicas até o primeiro terço do século XVII. Há controvérsias sobre isso, provavelmente em função dos critérios quantitativos usados. Não nos cabe discutir os critérios de outros pesquisadores, mas vejamos outra opinião, especialmente sobre a corte de Avis, no período de D. Duarte. Sebastião Tavares de Pinho (1993, p. 151) fala num “movimento que podemos considerar como que uma escola de tradução mais ou menos alimentada à volta da Corte”. Ele chega a essa conclusão em função da atividade tradutória de D. Duarte e seu irmão, D. Pedro, que também promoveram traduções, tendo ao seu redor um grupo de tradutores. Além disso, a biblioteca da corte contava com 70 obras traduzidas do latim, e a biblioteca pessoal de D. Duarte, segundo Nascimento (1993, p. 265-287), possuía 84 entradas, sendo 64 obras em vernáculo, a maioria traduzidas. Destas, a propósito, chamam-nos a atenção dois volumes catalogados como “livros de astrologia”.

No século XVI produziram-se as primeiras gramáticas de português, como a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540), e havia também o “retorno” ao latim, por conta do Humanismo, marcando não um bilinguismo, mas um trilinguismo do erudito português. Sobre isso, A. A. Gonçalves Rodrigues, na introdução do seu *A tradução em Portugal*, diz o seguinte:

O português é reconhecidamente um poliglota nato, e o escol dirigente, educado à sombra da Igreja ou ao seu serviço, vivia mentalmente no mundo da cultura latina medieval. [...] Tanto mais importante como fonte de cultura e de espiritualidade foi o conhecimento generalizado do castelhano em Portugal durante três séculos. [...] Daí que o nosso escol fosse educado na familiaridade com textos escritos em língua que para compreender não precisava de traduzir. [...] Além do latim, o castelhano serviu durante décadas como veículo obrigatório pelo qual se

alimentava a sensibilidade e a cultura do escol português, eclesiástico ou laico. (Rodrigues, 1992, 27-28)

Ou seja, nessa época, Portugal era um país bilíngue e, nos meios científicos e literários, trilingue, já que, ao português e castelhano, agregava-se também o latim. Vale lembrar também que é no fim do século XV que se instala a imprensa e começam as Descobertas, e a tradução se beneficia sobremaneira de ambas (Pais, 1997, introdução), bem como a ciência.

Sobre isso, José V. de Pina Martins (1990, p. XLII) afirma, na introdução do catálogo de *Livros quinhentistas portugueses na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, que “as relações intelectuais entre Portugal e Espanha [...] foram tão intensas que até na Academia das Ciências de Lisboa é possível documentá-las através do número de edições quinhentistas espanholas existentes na sua biblioteca”. No entanto, quanto às obras em latim e grego do mesmo acervo, ele lança suspeitas:

De estranhar é seguramente o apurarmos a existência de um reduzido número de textos latinos e gregos, relacionados com o humanismo. [...] Faltam [...] obras de Gil Vicente, de Sá Miranda [...], do próprio Camões [...]. Não vou até ao extremo de pensar que hajam sido retirados dolosamente, embora, [...] pelo menos uma espécie raríssima impressa em Lisboa, hoje numa biblioteca americana, tenha sido ‘desviada’ até se fixar em Nova Iorque. (ibid., p. XIV-XX)

Essa “espécie raríssima impressa em Lisboa”, em 1578, é o *Cometa do ano de 1577*, de Francisco Sanches. Essa obra, dada por desaparecida da Europa após a Segunda Guerra Mundial, só foi encontrada em Harvard, por Artur Moreira de Sá, que finalmente conseguiu republicá-la em Lisboa, em 1950. O problema dos livros “perdidos”, mencionado nessa citação, é mais uma vez retomado por Pina Martins na introdução de outro catálogo, o de *Livros quinhentistas espanhóis da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa* (p. IX-XIII). Não vamos repetir seus argumentos, mas é importante registrar que, mais uma vez, somos lembrados da fragilidade material dos textos e, muitas vezes, do caráter acidental que podemos supor para a sobrevivência ou não de certas obras. Isso deve ser considerado sobretudo quando tratamos de textos tão antigos quanto o *Tetrabiblos*.

Já inseridos no polissistema português dos quinhentos, falta-nos ainda tratar uma questão específica sobre as teorizações de tradução nesse período,

cujos cânones geralmente ignoram a contribuição portuguesa. É isso que veremos na próxima seção.

7.2

Reverendo o cânone hegemônico da história das teorias de tradução: o pioneirismo de D. Duarte, rei de Portugal

Para entendermos melhor o contexto tradutório à época da expansão marítima, veremos um texto de D. Duarte, rei de Portugal entre 1433 e 1438. Entretanto, a fim de posicionar melhor esse texto no cânone da história das teorias de tradução, façamos primeiro uma breve revisão do que se entendia por tradução até então.

O conceito de tradução parece trivial para a maioria das pessoas – processo de conversão de uma língua para outra; contudo, se olharmos mais de perto, ou melhor, de longe, ampliando um pouco o nosso foco, histórica e geograficamente, veremos que não é tão simples assim. O que se entende por tradução muda conforme a cultura, os processos envolvidos na sua produção e a teoria por trás dessa criação (Bassnett, 2003, p. 79). Podemos inclusive fazer ecoar as palavras de Umberto Eco (2001, p. 17), dizendo que a “tradução é sempre um deslocamento não entre linguagens, mas entre culturas”. Além disso, o papel da tradução, como veremos, também é variável, podendo ser, entre outros, político, moral, didático ou instrumental, de acordo com as circunstâncias.

No período helenístico, como já vimos anteriormente nesta tese, Cícero e Horácio (século I a.C.) faziam uma distinção entre tradução literal e tradução livre. O critério estético prevalecia, e a função da tradução era enriquecer os sistemas literário e linguístico, ou seja, o foco era na responsabilidade com o leitor-alvo. Isso se fazia com a interpretação do texto original, mas mantendo o seu sentido. Para Quintiliano (século I), a tradução tem um papel instrumental e pedagógico, servindo para analisar os textos, melhorar a oratória, além de ampliar e desenvolver a imaginação. Em São Jerônimo (século IV), como nos romanos, prevalece o critério estético e a tradução sentido-por-sentido, mas há uma grande preocupação com o limite entre licença estilística e interpretação herética da Bíblia, principalmente devido à sua missão evangelizadora (Bassnett, 2003, p. 85).

De maneira deveras sintética, pois já tratamos disso no capítulo anterior, a tradução medieval pode ser descrita, segundo Bassnett (ibid., p. 94-96), como vertical (do prestigiado latim para os vernáculos) ou horizontal (origem e destino com mesmo prestígio). As traduções do Rei Alfredo (871-899), da Inglaterra, por exemplo, oriundas do latim, eram do tipo vertical e cumpriam uma tarefa político-pedagógica, pois seu intuito era divulgar o conhecimento. No medievo, a imitação gozava de um status elevado, e talvez seja por isso que as atividades de tradutores, copistas e comentadores se confundiam.

A partir do século XV, o mundo começa a mudar: imprensa, Reforma, grandes navegações, heliocentrismo... Com isso, o conceito de tradução também vai se transformando, junto com a sua função na sociedade. Alguns eventos exemplificam isso, como a afirmação de Lutero, numa carta de 1530 sobre a tradução, de que a gramática não deve governar o significado. Outro acontecimento bem mais radical foi a execução de Etienne Dolet (1509-1546), por heresia e má tradução de Platão. Ele foi parar na fogueira junto com seus livros, pois os teólogos parisienses consideraram sua tradução livre demais, podendo implicar a descrença na imortalidade da alma. Dolet elaborou cinco princípios sobre o bem traduzir que são considerados, como será visto logo adiante, a primeira tentativa de sistematizar o pensamento teórico sobre a tradução, podendo ser resumidos assim (Munday, 2001, p. 26):

- 1) O tradutor deve entender perfeitamente o sentido e o material do autor original, embora tenha a liberdade de esclarecer o que estiver obscuro;
- 2) O tradutor deve ter total conhecimento tanto da língua fonte como da língua meta, de modo a não diminuir a grandiosidade da língua;
- 3) O tradutor deve evitar traduzir palavra por palavra;
- 4) O tradutor deve evitar formas latinas e pouco usuais;
- 5) O tradutor deve escolher e ordenar as palavras de modo eloquente, para evitar construções canhestras.

Algum tempo depois, a posição teórica de Dolet foi reiterada por George Chapman (1559-1634), tradutor de Homero para o inglês. Para ele, um tradutor deve:

- 1) Evitar traduções palavra por palavra;
- 2) Tentar captar o “espírito” do original; e
- 3) Evitar traduções muito “soltas”, baseando a tradução em uma pesquisa cuidadosa de outras versões e glosas.

Segundo Bassnett (2003, p. 96-99), esses são os primeiros teorizadores da tradução. Não nos surpreende o fato de eles serem parte da cultura hegemônica não só nos Estudos da Tradução, mas em qualquer área de pesquisa. Para deslocar um pouco nosso eixo de trabalho, veremos, a seguir, a contribuição teórica de um português bastante envolvido com a mudança do mundo na sua época, tendo em vista que era rei de Portugal. Mais do que apresentá-lo, aqui postulamos o seu pioneirismo diante dos cânones hegemônicos das teorias de tradução.

No texto “Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa linguagem”, que é o capítulo LRIX do *Leal conselheiro*, obra de autoria do rei D. Duarte, concebida como um tratado sobre ética e moral dirigido aos membros da corte,⁶⁶ encontramos uma das primeiras teorizações sobre tradução, que infelizmente é pouco mencionada nos Estudos da Tradução, já que o foco geralmente se fecha nos teóricos de língua inglesa ou francesa. Acredita-se que o rei a tenha compilado por volta de 1438, próximo a sua morte. Trata-se, portanto, de um texto do período arcaico médio da língua portuguesa, que, como vimos na seção anterior, abrange do século XIV à primeira metade do XVI (Bechara, 1985).

Além de escrever essa obra, el-rei fazia traduções do latim (Saraiva, 1979, p. 144) – bem como seu irmão, o infante D. Pedro – e também patrocinou Fernão Lopes, grande cronista do período arcaico da língua portuguesa, que escreveu a *Crónica de D. João I*, a *Crónica de D. Pedro* e a *Crónica de D. Fernando*. Vale lembrar que esses filhos de D. João I, fundador da dinastia de Avis, além de tradutores, favoreceram também a empreitada tradutória na corte, patrocinando, entre outros, Vasco Fernandes de Lucena, João Verba e Alfonso de Cartagena. Segundo Sebastião Tavares de Pinho, em seu artigo “D. Pedro e a ‘escola’ de tradutores da corte de Avis”, é possível admitir que houvesse “outros anónimos a exercer a actividade de tradutores no âmbito e sob patrocínio dos príncipes de Avis” (Pinho, 1993, p. 151).

⁶⁶ O texto só foi descoberto em 1804, na Biblioteca Nacional de Paris, datado por especialistas e publicado pela primeira vez na década de 1940. Cf. Anexos 7, 8, 9, 10 e 11.

Podemos dizer que “Da maneira pera bem tornar...” apresenta inicialmente cinco regras para se fazer uma boa tradução para o português, como anuncia o título, seguidas de comentários sobre dois exemplos de traduções feitas pelo autor: uma oração em latim do século X, intitulada “Justo Juiz Jesu Cristo”, e um fragmento de capítulo do *Livro dos Stabelicimentos de Sam Joham Cassiano* (D. Duarte, 1998 [1435-1438], p. 362-366).

As cinco regras formuladas por D. Duarte podem ser assim resumidas:

- 1) Conhecer bem o material que se vai traduzir e não acrescentar ou excluir nada;
- 2) Não usar latinismos nem estrangeirismos, apenas o português mais próximo do que costumamos falar;
- 3) Traduzir ao pé da letra, usando as palavras portuguesas correspondentes às latinas, porque isso faz muita diferença para o bom entendimento;
- 4) Não usar palavras obscenas;
- 5) Escrever claramente, da forma mais agradável possível e também de maneira concisa sempre que necessário — e para isso, é importante dominar a paragrafação e pontuação.

Trata-se, portanto, de um texto tipicamente normativo, pois elabora regras para o bem traduzir e dá muitas instruções para o tradutor, insistindo em restringir o nível de intervenção ao mínimo: não alterar em nada a macroestrutura do texto, evitando acréscimos e omissões, e buscar o equivalente em língua portuguesa mais próximo da palavra latina — onde estiver em latim *scorregar* não traduzir por *afastar*, “e assi em outras semelhantes” (ibid., p. 362).

Por outro lado, abre-se uma exceção à regra de não mudar nada quando o texto trazer “palavras que segundo o nosso costume de falar sejam havidas por desonestas” (ibid.), ou seja, se houver termos ofensivos no original, o tradutor deve intervir e suprimi-los, substituindo-os por outros mais aceitáveis.

Além de oferecer esse receituário, D. Duarte, o Eloquentes, também faz alusão a uma prática tradutória a quatro mãos, na qual uma pessoa traduz oralmente a partir do latim enquanto a outra escreve, parecendo sugerir que o trabalho feito conjuntamente por duas pessoas seja revisado inteiramente por uma

só pessoa: “Se ùu razoar, tornando de latim em linguagen, e outro screver, achará melhoria de todo juntamente per ùu seer feito” (ibid.).

Em seguida a esse primeiro parágrafo com as regras e o comentário mencionado acima, o monarca-tradutor apresenta os dois exemplos de trabalhos feitos, e logo se pode observar uma contradição. No primeiro exemplo, a oração em versos “Justo Juiz Jesu Cristo”, já no segundo verso D. Duarte quebra a segunda regra, a de não usar latinismos, ao se referir ao “Justo juiz Jesu Christo” como “Rei dos Rex e boo Senhor”, empregando, portanto, a palavra latina *rex*.

Também é interessante notar que, ao apresentar o segundo exemplo de tradução, um fragmento de capítulo do *Livro dos Stabelicimentos*, D. Duarte elabora uma reflexão sobre a recepção do texto pelos seus pares. Ele diz que fez uma tradução ao pé da letra, mas que alguns eruditos não aprovaram, por ter sido escrita à maneira latina:

E traladei do livro dos Stabelicimentos de Sam Joham Cassiano por exempro esta parte de ùu capitulo ajuso scripto ao pee da letera, que chamam os leterados “a contexto”, o qual a algũus nom muito praz, por seer scripto na maneira latinada. E queriam que se tirasse a sentença posta em mais geeral maneira de falar. E outros dizem que bem lhes parece. (D. Duarte, 1998, p. 365)

De acordo com esses críticos, o livro deveria ter sido traduzido de uma maneira mais próxima do que se costuma falar (segunda regra) e não “a contexto”. Por outro lado, outras pessoas consideraram boa a tradução. Diante dessa controvérsia, D. Duarte oferece uma sugestão: “Por em, quando mandardes tornar algũa leitura de latim em nossa linguagem, a maneira que mais vos prouver mandae que tenha aquel que delo tener cárrego” (ibid.), ou seja, quem encomendar a tradução deve dizer ao tradutor como quer que o trabalho seja feito. Aqui é interessante notar a referência a uma prática (que podemos supor) comum de “mandar traduzir”, ou seja, “um contributo para a criação, à volta da corte de Avis, de um clima particularmente favorável ao empreendimento de traduções de obras latinas” (Pinho, 1993, p. 153).

Como registra Robinson (1997, p. 60), as reflexões de D. Duarte são ligeiramente posteriores às desenvolvidas pelo humanista italiano Leonardo Bruni Aretino (1374-1444) em *De interpretatione recta* (1424/26), apresentado originalmente como um paratexto da sua tradução da *Ética a Nicômaco* (1414/18), de Aristóteles, e “é considerado o primeiro tratado moderno em apresentar de

forma independente reflexões sobre a tarefa de traduzir, em especial sobre a tradução literária” (Furlan, 2006, p. 49). Por outro lado, pode-se considerar “Da maneira para bem tornar alguma leitura em nossa linguagem” um texto bastante pioneiro, visto que precede em mais de cem anos o clássico *La manière de bien traduire d’une langue en aultre*, de Etienne Dolet, publicado em 1540, que também estabelece cinco princípios para o tradutor, como já mencionamos, sendo considerado uma das primeiras tentativas de sistematizar o pensamento teórico sobre tradução (Munday, 2001, p. 24-25; Bassnett, 2003, p. 97). Eugene Nida também já havia destacado o papel primordial do tradutor francês ao afirmar que, apesar da grande importância de Lutero nesse campo, “o crédito pela primeira formulação de uma teoria da tradução pertence a Etienne Dolet, [que] publicou em 1540 uma curta mas incomparável declaração de princípios sobre a tradução” (Nida, 1964, p. 15).

As reflexões de D. Duarte e Dolet têm alguns pontos convergentes, além do número idêntico de regras: (i) de caráter prescritivo, pertencem a um gênero que, segundo Rener (1989, p. 261-262), foi iniciado por S. Jerônimo em sua famosa carta a Pamáquio, *Ad Pammachium de optimo genere interpretandi* (“A Pamáquio, o melhor método de tradução”), no qual são formuladas instruções práticas a respeito de aspectos importantes da tradução; (ii) recomendam que sejam evitados latinismos e palavras pouco familiares; (iii) preconizam uma compreensão total do material a ser traduzido e uma redação clara e esmerada.

Há também divergências, que se fazem notar em relação a dois aspectos: (i) enquanto Dolet concede ao tradutor a liberdade de esclarecer o que estiver obscuro, D. Duarte adverte que não se deve mudar, acrescentar ou suprimir nada, a não ser com o objetivo de evitar termos obscenos; (ii) para Dolet, o tradutor deve evitar traduzir palavra por palavra, ao passo que D. Duarte é a favor dessa estratégia, “porque isso faz muita diferença para o bom entendimento” (regra de número 3, acima), embora abra espaço para avaliações caso a caso, como já mencionado.

No artigo “Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente — Renascimento”, Mauri Furlan cita como uma das características da história da tradução renascentista “o desenvolvimento de reflexões teóricas sobre a prática tradutora, que se apresentam geralmente sob a forma de pequenos textos, cartas, introduções, tratados etc.” (Furlan, 2004, p. 21). O texto de D. Duarte, bastante

anterior ao de Dolet, parece encaixar-se nessa categoria, respaldado na vivência como tradutor e agente de patronagem de seu autor. É importante, ainda, por retratar as concepções e métodos de tradução existentes à época. No entanto as referências a esses preceitos e comentários na literatura historiográfica da tradução são raras e até imprecisas. Para o historiador Frederick Rener, por exemplo, a *ars interpretandi* de D. Duarte foi produzida “no século XV, alguns anos antes de Dolet” (Rener, 1989, p. 262), reduzindo bastante o período de um século que separa as duas reflexões.

Embora Munday (2001) e Bassnett (2003) já considerem os princípios de Dolet e Chapman como uma tentativa de sistematização, George Steiner os denomina de “reflexões empíricas”. Ele os incluiu no primeiro dos quatro períodos em que divide a literatura sobre a teoria, a prática e a história da tradução (Steiner, 2005, p. 259-261), caracterizado por reflexões desenvolvidas por tradutores a respeito de suas próprias traduções, particularmente em prefácios ou introduções. No entanto, para o próprio Steiner (ibid., p. 259), *De interpretatione recta*, de Leonardo Bruni, é um importante texto teórico desse primeiro período.

Conseqüentemente, tendo em vista os seguintes aspectos:

- (a) a similaridade de função entre as determinações de D. Duarte e Dolet, voltadas para questões de poética tradutória;
- (b) o fato de serem o francês Dolet e o inglês Chapman considerados pelos historiadores da tradução os primeiros a formularem uma teoria da tradução (Bassnett, 2003, p. 97-98), seguidos pelos igualmente ingleses John Dryden (1631-1700) e Alexander Fraser Tytler (1747-1813), cuja obra *Essay on the principles of translation*, de 1792, marca o final do primeiro período postulado por Steiner;
- (c) a hegemonia das culturas de língua inglesa e francesa, que propiciam e viabilizam o desenvolvimento de estudos e pesquisas em diversas áreas, inclusive nos Estudos da Tradução, e que concentram a maioria das grandes editoras, que publicam essas pesquisas e as divulgam internacionalmente,

propomos que os atuais cânones da teoria da tradução — promovidos em geral por autores e publicações de línguas e culturas hegemônicas — sejam revistos de

modo a incluir reflexões bastante pioneiras sobre a práxis tradutória por parte de autores como D. Duarte, pensamento este coerente com o prescritivismo das primeiras teorizações e com as preocupações com questões de fidelidade e literalidade que predominavam no cenário intelectual e literário do Renascimento. Acreditamos que gestos contra-hegemônicos como o aqui proposto são cada vez mais necessários, para que se possa repensar os valores, crenças, ideias e cânones que vêm sendo consolidados e transmitidos por aqueles que exercem o poder e a autoridade de construir as narrativas reconhecidas como verídicas.

Na seção anterior historiamos brevemente as origens de Portugal e da língua portuguesa, para podermos mapear o sistema de literatura traduzida em Portugal que se encontrava nos quinhentos, considerando o políglotismo vigente. Na presente seção vimos a questão que gira em torno das primeiras teorizações de tradução e da participação do rei D. Duarte nessa empreitada. Isso posto, vejamos agora a relação da astrolomia com o desenvolvimento náutico que vai alavancar a expansão marítima, para depois avaliarmos as traduções científicas da época e alguns de seus personagens.

7.3

Astrolomia e desenvolvimento náutico na Península

Para o que nos interessa aqui, além de um certo papel desbravador no que diz respeito à língua, à tradução e às teorizações sobre tradução, também é necessário lembrar o pioneirismo português na expansão marítima dos anos quatrocentistas e quinhentistas, cujo marco inicial se considera, geralmente, como sendo a conquista de Ceuta (1415). A União Ibérica (1580) normalmente é tomada como marco final da expansão. Nesse intervalo de 165 anos, Portugal explorou a costa africana, superou o cabo da Boa Esperança, assinou o Tratado de Tordesilhas e efetivou a expansão para Índia, Brasil, América do Norte, China e Japão, além de fazer a circunavegação. Ao mesmo tempo, eram realizadas viagens terrestres (Teyssier, 1992, p. 13-46).

O desenvolvimento da chamada “navegação astronômica” é igualmente atribuído aos portugueses, muito embora os astros já orientassem a navegação desde tempos imemoriais, como se vê registrado no canto V da *Odisseia*:

Ele [Ulisses] contemplou as Plêiades, e o Cocheiro que tarde se põe, e a Ursa ou Auriga, como alguns a chamam, cujas rodas giram sem parar onde estão, em face de Orion, e, única entre todas elas, jamais se banha no Oceano. Calipso advertira-o que conservasse a Ursa à sua esquerda, enquanto navegasse pelo mar. (Homero, 1996, p. 63)

Apesar de as práticas náuticas antigas já incluírem técnicas astronômicas, só com a expansão marítima portuguesa é “que as observações astronômicas aplicadas à navegação se desenvolveram realmente” (Mourão, 2000, p. 89), sendo “um dos alicerces donde viriam a desenvolver-se as primeiras tentativas da ciência moderna, que havia de irromper de maneira imparável a partir do início do século imediato” (Albuquerque, 1983, p. 123).

Ademais, desde o início do século XX, com Joaquim Bensaude (1859-1952), tem tido cada vez mais suporte a tese de que uma das forças em jogo nesse desenvolvimento náutico português foi a presença de astrólogos árabes e judeus na região. Nesse tempo, os astrólogos eram também astrônomos – ou astrôlomos, como propusemos no início desta tese –, já que precisavam dominar a mecânica celeste e a trigonometria esférica, além de manusear tabelas e instrumentos astronômicos – que viriam a se tornar também instrumentos náuticos –, para fazer seus mapas astrológicos. Seguindo essa trilha, é importante destacar que a tecnologia e as ciências de árabes e judeus – em muito tributárias das ciências helenísticas – foram em grande parte disseminadas para o mundo europeu por meio dos já mencionados movimentos de tradução ocorridos na Idade Média, primeiro em Bagdá, depois em várias cidades da Espanha, como Toledo, Barcelona e Córdoba.

Como vimos, em Portugal também houve um impulso tradutório, já num período que podemos chamar de renascentista, com o aparecimento de vários textos científicos. Vale lembrar que esses movimentos de tradução, além de reescrita textual, implicavam também a transmissão e modificação de saberes, práticas e técnicas, numa palavra, a transmissão da ciência, ainda que rudimentar. Ciência reescrita, localizada, deslocada no tempo e no espaço, segundo a circunstância que a recebia. A circunstância que ora analisamos é a de desenvolvimento da náutica, que, de um punhado de regras, rotinas, observações e experiências vividas e acumuladas ao longo dos tempos pelos navegantes mediterrâneos, vai se transformando, a partir do século XV, em ciência. A expansão para o Atlântico exigiu novas maneiras de navegar, novos

procedimentos, técnicas e práticas. Dentre elas, o registro de tudo o que se observava. Segundo Luís de Albuquerque (1983, p. 121-122), essa observação já se aproximava, em alguns casos, do sentido de experimentação dos modernos. Ademais, houve também a especulação produzida por essas observações, e essa atitude indagadora e investigativa talvez seja o principal nexos entre a nova náutica e a ciência moderna, como veremos mais adiante em Duarte Pacheco Pereira.

Levando tudo isso em conta, o que se postula aqui é que houve uma repercussão de práticas tradutórias e astrolômicas na expansão marítima ibérica, uma “herança” que percorreu milhas e línguas, até chegar, na forma de manuais e instrumentos náuticos, aos pilotos portugueses e espanhóis, rumo a “mares nunca dantes navegados”. Essa trajetória faz parte da história da ciência e da náutica na Península, e neste capítulo estamos tratando de algumas questões sobre tradução e astrolomia, sobretudo porque acreditamos que essas práticas viabilizaram a sobrevivência, a difusão e o desenvolvimento das ciências antigas. Nesta seção enfatizamos o papel da astrolomia no desenvolvimento náutico e, na próxima, o papel da tradução.

Segundo A. H. de Oliveira Marques (2006, p. 64), sobre o período do Algarve andaluz (do século VIII ao XII): “pesca, sal e águas pacíficas, acompanhadas por forte concentração demográfica, foram causa evidente de um surto de navegação e de comércio marítimo a distância com o resto do mundo islâmico”. Marques se refere aqui a um suposto movimento mouro que teria antecedido a expansão marítima portuguesa. Ele pressupõe também que os árabes tivessem grande familiaridade com o mar e a construção naval, tendo conquistado, com grandes frotas, áreas portuárias (como Lisboa) antes de avançarem para o interior. Isso talvez explique a quantidade de referências que encontramos a pilotos muçulmanos na empreitada ibérica dos séculos XV e XVI, e também a relação contraditória com os mouros. Ao mesmo tempo que eram bons pilotos, eram também inimigos da fé e concorrentes comerciais (as tão cobiçadas especiarias só eram comercializadas pelos mercadores árabes). Por isso, no seu deslocamento para o Oriente, em busca de relações comerciais e contato com os cristãos da Índia, alguns portugueses eram bem recebidos, outros (já influenciados pelos mercadores) não, como se viu na primeira expedição de Vasco da Gama às Índias (1497-1499): quando chegaram a Calicute, Vasco da Gama e sua tripulação foram retidos e ameaçados (Teyssier, 1992, p. 23-29).

Interessante também para o nosso assunto é o fato de que em todas as expedições havia intérpretes, ou “línguas”, figuras importantes para levar a cabo as missões diplomáticas e comerciais do soberano português. Na viagem mencionada acima, por exemplo, havia dois: Fernão Martins e Martim Afonso. Além deles, os degredados também funcionavam como elemento de ligação com os novos povos. Sua função era tentar se integrar nas populações locais, servindo mais tarde de elo entre elas e os portugueses (Teyssier, 1992, p. 24). Um exemplo disso se encontra na carta de Pero Vaz de Caminha, um dos três únicos documentos que testemunham o achamento do Brasil: “E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras” (Pereira, 1999, p. 38).

Voltemos à tese de Joaquim Bensaude. Para ele, o conhecimento astronômico português deriva do astrólogo Abraão Zacuto, cuja biografia veremos mais adiante neste capítulo. Bensaude rechaça a tese de Humboldt de que a ciência alemã tenha sido a base da expansão portuguesa, afirmando ser Zacuto seu mentor, principalmente por suas tabelas e simplificação do astrolábio. Jaime Cortesão, Guy Beaujouan, Luís de Albuquerque, Francisco Bethencourt, entre outros, seguiram na mesma linha de Bensaude, destacando a astrologia árabe e judaica na Península Ibérica. Gago Coutinho, no seu *A náutica dos descobrimentos*, diz que “logo que se alongaram as navegações para o sul, se pensou em aproveitar a astrologia” (Coutinho, 1951, p. 106). Ainda sobre a importância da astrologia árabe para a expansão marítima, Mourão afirma: “foram os seus conhecimentos, divulgados na península ibérica, a base de toda astronomia que permitiu que os portugueses e os espanhóis realizassem as grandes viagens de descoberta” (Mourão, 2000, p. 19). Albuquerque (1960, p. 41) diz que os almanaques portugueses mostram “o nível técnico alcançado por astrólogos portugueses, ou radicados em Portugal, em época anterior aos decisivos progressos experimentados pela marinharia dos Descobrimentos”. Dando um passo adiante, ele ainda complementa dizendo que essa é: “uma prova irrefutável de que em Portugal já no século XIV viviam homens com capacidade para empreenderem com sucesso, caso isso lhes fosse exigido, a adaptação de algumas regras astronômicas às condições da sua utilização náutica” (ibid.).

As tabelas de Zacuto seguem o mesmo modelo das tabelas astrolômicas medievais. Segundo Luciano Pereira da Silva (1914, p. 23-4), esse conhecimento vem de uma “longa tradição que, pelos árabes, remonta aos gregos”. Além dele, vários astrônomos, nos séculos XVI e XVII, prestaram um serviço extraordinário (Regiomontanus, Kepler, Galileu), porque usavam as tabelas astrolômicas para prever acontecimentos humanos, ou seja, para fazer astrologia.

Além do já mencionado Abraão Zacuto, Pedro Nunes, João Faras e José Vizinho também podem ser considerados astrônomos e contribuíram para aperfeiçoar a matemática e os instrumentos e procedimentos náuticos. Ademais, João Faras traduziu o *De situ orbis* de Pompônio Mela, José Vizinho traduziu o *Almanaque perpétuo* de Zacuto, e Pedro Nunes traduziu parte da *Geografia* de Ptolomeu, o *Tratado da esfera* de Sacrobosco, fez autotradução e tem um discurso favorável à tradução como divulgação científica. Todos eles serão apresentados detalhadamente mais adiante neste capítulo.

Sobre os antecedentes da expansão marítima, Guy Beaujouan, logo na primeira página do seu artigo “L’astronomie dans la péninsule ibérique à la fin du Moyen Âge”, destaca o papel importante da astrologia como um dos cinco traços característicos da ciência ibérica da baixa idade média (os outros quatro são: impregnação árabe, debilidade das universidades, emprego do vernáculo e lugar de destaque dos judeus). Indo mais além, ele diz:

Seria falacioso dramatizar o papel, entretanto considerável, da astrologia judiciária. [...] A astrologia era a meta essencial da atividade dos astrônomos. Negar isso seria atribuir somente às necessidades da astronomia náutica a confecção das tábuas astronômicas, o que não procede. (Beaujouan, 1969, p. 5-6)

Pode-se dizer, portanto, que se aliaram a riqueza e a vitalidade da tradição castelhana à cultura astrológica portuguesa no início dos quatrocentos (Beaujouan, 1969, p. 11). Ainda sobre esses antecedentes, e voltando a Bensaude, ele atribui grande importância aos movimentos tradutórios no medievo e, mais ainda, identifica o expansionismo português com um certo espírito tradicional:

É o espírito de cavalaria da Idade Média, e não a Renascença, que funda a grande época portuguesa com Nuno Álvares; é o espírito religioso que guia o Infante D. Henrique [...]. Para estudar o grande impulso artístico na Itália do século XVI, é necessário ir direto à fonte: os construtores das catedrais da Idade Média. [...] A revolta em matéria religiosa, provocada pela Reforma, teve suas origens na sede de ciência e saber. Essa sede nasceu não na Itália, mas na Península, em plena

Idade Média, na grande época das traduções do árabe das obras de filosofia, medicina, astronomia, uma verdadeira febre epidêmica tornou-se intensa na Provença e na Península desde o século XI. (Bensaude, 1930, p. 434-5)

Em relação à transição da prática náutica para uma “ciência náutica”, pode-se dizer que houve uma certa tensão nesse momento inicial. No século XV, poucos pilotos dominavam os elementos teóricos da navegação, tratava-se de uma elite de homens de confiança, depositários de um segredo nacional. A maioria dos pilotos tinha experiência prática e sua grande escola era o mar, como aponta Albuquerque no seu *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses* (1990, p. 26):

Não era possível preparar marinheiros com exposições teóricas que lhes haviam de ser completamente inúteis; mas tão-pouco era viável prepará-los praticamente, porque se ignorava de todo as dificuldades que iam enfrentar e vencer. Eles mesmos encontraram na prática das navegações os meios para as resolver, com auxílio dos astrólogos a quem bastava, para isso, usar conhecimentos rudimentares de astronomia.

Como seus resultados eram brilhantes e normalmente sua avaliação e seus julgamentos valiam mais que a de um piloto erudito, opuseram-se à “cientificização” do domínio da navegação, daí o conflito entre marinheiros e eruditos por volta de 1530. No entanto “o aumento do número de navios e das distâncias percorridas, sobretudo a penetração no hemisfério sul, exigiram a intervenção da ciência”. O favorecimento de Portugal no Tratado de Tordesilhas resulta disso, dessa “superioridade tecnológica” que se manteve reservada aos pilotos lusos ou a serviço da coroa lusitana (Bensaude, 1930, p. 283-4). Vejamos, pois, o que Luís de Albuquerque diz no seu *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses* (1983) sobre essa transição de arte náutica para ciência náutica.

No início do período medieval, a navegação era costeira, o que dispensava qualquer orientação magnética ou geográfica, como a determinação de latitudes. Os relatos de outros pilotos, que incluíam as distâncias arredondadas entre alguns portos, foram as primeiras “ferramentas” náuticas. A “agulha de marear”, ou bússola, surgiu no século XIII, talvez um pouco antes, com a intensificação das navegações. Nesse período, os relatos dos pilotos, já chamados então de “portulanos”, passaram a incluir também o rumo magnético para ir de um porto a outro e o “estabelecimento do porto”, que era a fixação da hora da preamar no dia

de lua nova em certo porto, para daí inferir as horas das marés nos dias seguintes. Antes do século XV, surgiram as “cartas de navegar”, depois chamadas de “cartas-portulanos”, e as “toletas”.

Para Albuquerque, essas cartas nada mais eram do que a representação gráfica dos portulanos, o que implicava uma série de problemas geográficos. No entanto a presença das linhas dos rumos magnéticos incrementava sobremaneira essas representações, que se mostravam muito úteis em termos náuticos. Até aqui, além do registro da experiência vivida pelos pilotos, o máximo que se exigia era uma certa técnica para desenhar os mapas e um conhecimento mínimo de geometria. As toletas, por sua vez, já exigiam aparentemente um saber mais refinado. Albuquerque diz que essas tabelas, que auxiliavam os pilotos a regressarem ao rumo certo em caso de desvio, talvez remetam ao catalão Raimundo Lúlio, já mencionado no capítulo 6, além de derivarem de cálculos trigonométricos. No entanto ele acredita que é mais provável que as toletas tenham origem gráfica, tendo em vista a expertise medieval nessas técnicas. Em resumo:

A arte de navegar recebida pelos Portugueses era no verdadeiro sentido da palavra uma “arte”. Traduzia-se em procedimentos práticos com fundamento em utensílios muito simples: a carta, a bússola, um par de compassos para “marcar o ponto” na carta, e algumas regras avulsas que o contacto de séculos com o mar, e com a manobra de arribar ou largar de um porto, tinham levado a um estado de satisfatório aperfeiçoamento. (Albuquerque, 1983, p. 12)

Indo mais adiante, Albuquerque afirma que essa prática no início dos quatrocentos não se tratava de navegação astronômica no sentido que os historiadores da ciência entendem esse termo hoje. Para assim ser denominada, a navegação deve incluir uma observação dos astros feita no mar, com base em alguma medida que a oriente, como a latitude, por exemplo. Apesar de alguns almanaques portugueses dessa época já incluírem a latitude, essa medida não era usada para fins náuticos, e sim astrológicos, como veremos em *Os almanaques portugueses de Madrid*, apresentados na próxima seção como a provável primeira tradução científica portuguesa. A rotina dos homens do mar só começou a mudar mesmo em meados do século XV, com a expansão das rotas de navegação para o Atlântico e seus novos desafios. Isso acarretou um surto de ciência náutica, com o

incremento da cartografia, da mentalidade crítica e das práticas de navegação, incluindo declinação magnética e determinação de latitudes.

Além das técnicas, outras questões se produziram nesse movimento expansionista, que são analisadas por J. S. da Silva Dias no seu *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Logo na introdução ele fala da astrologia: “No próprio campo da astrologia, em que tanto nos esforçamos, não foi mais veloz cá dentro do que lá fora a separação da astrologia natural e da astrologia judiciária” (Dias, 1988, p. 11). Podemos entender aqui “astrologia natural” como astronomia, e “astrologia judiciária” como astrologia. Dias também destaca que o empreendimento das Descobertas foi igualmente obra de portugueses e espanhóis, e que se insere mais no quadro do Renascimento do que do Humanismo, ou seja, não foi uma empreitada de latinistas e acadêmicos, e sim de práticos, pessoas com experiência no mar. Um ponto que ele toca é que, além das Descobertas, outras circunstâncias concorreram para a evolução da cultura e das ciências na Europa (por exemplo, a invenção da imprensa), e isso explicaria, em grande parte, por que essa evolução foi mais rápida além do que aquém dos Pirineus.

No capítulo VII de seu livro, Dias ensaia uma explicação para o fixismo cultural português observado no fim dos seiscentos. Segundo ele, Portugal se manteve afastado das inquietações filosóficas e científicas do resto da Europa porque a expansão gerou contradições na cultura nacional. A censura, a Inquisição e a contra-reforma (com integração violenta do judeu) salvaguardaram perenidades culturais medievais, ou seja, os âmbitos filosófico e cultural são solidários ao teológico. Exemplo disso foi o exílio para a Holanda, em 1640, da família daquele que viria a ser, para muitos, um dos filósofos mais representativos de sua época, Baruch Spinoza (1632-1677).

A modéstia e a carência de autonomia são mencionadas por Dias como “dois pilares fundamentais do edifício cultural português no período quinhentista. A força da sua inércia constituía um obstáculo de peso à exploração, pelo menos à exploração maciça, das Descobertas como motor ou redutor da nossa ‘forma mentis’” (ibid., p. 269). Além disso, a influência dos jesuítas também é lembrada por Dias na constituição desse cenário:

A observação e a experimentação não conseguiram impor-se ao comentário dialético de velhos textos e à construção especulativa. [...] A ânsia experimentalista que emanava da empresa ultramarina foi, juntamente com a busca metodológica e a demanda do conhecimento positivo, um dos grandes excluídos da sistematização inaciana. E isso distanciou-nos, alheou-nos mesmo, de um caminho principal do pensamento europeu evoluído. (Dias, 1988, p. 269)

Nessa passagem, apesar de a expressão “pensamento europeu evoluído” ser suspeita, isso não invalida a sua colocação sobre o distanciamento português do projeto de modernidade. Além disso, a perda da independência, em 1580, levou Portugal à decadência, a um amargo desengano e a pessimismo moral: “éramos poucos para assegurar a independência da pátria”. Com isso, havia sempre os “imperativos práticos da nação” e um “desvio de seiva criadora para as tarefas da defesa nacional”, ou seja, “não sobrava o tempo para a investigação científica ou para a leitura desinteressada” (ibid.).

O período das Descobertas, como vimos, demandou uma instrumentalização que, além dos aparatos náuticos propriamente ditos, só conhecidos pelos astrônomos, também incluía tabelas e textos astrolômicos. Grande parte desse material já vinha sendo transmitida na Península Ibérica há alguns séculos, o que implicou a formação de uma literatura especializada. Vejamos agora como isso se deu e os problemas envolvidos na circulação desse conhecimento.

7.4

Transmissão da astrolomia nos quatrocentos e quinhentos: a ação da Inquisição portuguesa no sistema de literatura astrolômica

Pouco se tem falado sobre a história da tradução no período da Renascença portuguesa, apesar de ser este um período de produção tradutória considerável, sobretudo na matéria filosófico-científica. Como vimos, apesar das controvérsias, há quem fale até numa “escola de tradutores da corte de Avis” (Pinho, 1993, p. 129-153). No entanto, de maneira geral, os holofotes se voltam para outros assuntos, épocas e geografias. Diante dessa lacuna, nunca é demais lembrar o importante papel da tradução na produção, transmissão e circulação das ciências, sobretudo se considerarmos os movimentos de tradução na Idade Média, responsáveis por boa parte daquilo que podemos chamar de realização científica da época, já que os estudiosos medievais, tanto no mundo latino quanto no árabe,

dedicavam-se a produzir traduções, paráfrases, comentários e cópias das obras clássicas. Neste capítulo, estamos fazendo a conexão dessas práticas tradutórias e científicas medievais com a expansão marítima dos séculos XV e XVI.

Em especial, interessa-nos acompanhar a trajetória da literatura astrolômica, sobretudo o *Tetrabiblos*, para podermos avaliar em que medida ela se vincula ao desenvolvimento náutico português. Como vimos nos capítulos anteriores, os textos de astrolomia, como os de outras ciências helenísticas, passaram por uma série de traduções (principalmente do grego para o árabe e, depois, do árabe para o latim) até chegarem à forma que conhecemos hoje, totalmente reescritos nas mais diversas línguas.

Além dos textos helenísticos de astrolomia, cujo percurso já conhecemos, e aos quais voltaremos em breve, havia também, nesse cenário expansionista, a literatura náutica. Segundo Albuquerque (1972, p. 256), “da actividade marinheira dos séculos XV e XVI surgiu uma vasta literatura técnica, que também foi um bom meio de aprendizagem”. Distinguem-se, nessa literatura, quatro tipos de obras: guias náuticos, roteiros, diários e livros de marinharia. Para o nosso objetivo nesta tese, interessam-nos mais os guias náuticos, por tratarem dos problemas de cosmografia e astrolomia. Dentre eles, os mais antigos – *Guia náutico de Munique* (1509) e *Guia náutico de Évora* (1516) – incluem a tradução (para o português) quase integral do *Tratado da esfera*, de João de Sacrobosco, sobre o qual falaremos na próxima seção com mais detalhes.

Temos que mencionar também um outro tipo de texto, não incluído por Luís de Albuquerque no sistema de literatura náutica, mas que, de certo modo, “apetrechava” a marinharia, como ele mesmo diz na sua publicação de *Os almanaques portugueses de Madrid* (1961, p. 4, 7, 8):

Através dos textos recentemente integrados na História da Cultura Portuguesa, ou em vias de o serem, não é já possível recusar que a astrologia árabe e judaica, nos seus dois aspectos técnico e judiciário, teve entre nós maior aceitação do que se supunha, e muito antes de ter sido reclamado o seu concurso para o apetrechamento da marinharia. [...] Entretanto, para além das influências directas exercidas por alguns escritos medievais de astrologia, comprovadas pelos textos que foram até agora encontrados, não seria muito arrojado fazer a previsão de que ensinamentos de não menor alcance podiam ter sido indirectamente aproveitados. [...] Reconheça-se que, não sendo fácil pressentir estas influências indirectas, apenas adivinhadas na leitura dos documentos [...] será na esteira da tradição da astrologia judaica que terão essencialmente de prosseguir os investigadores.

Num breve resumo desse tipo de literatura, Albuquerque cita quatro manuscritos do século XV que ilustram a tese de que “foi àquele grupo [de astrôlomos] que se recorreu quando se tornou urgente enriquecer a náutica com uma técnica menos falível do que a até então adoptada” (Albuquerque, 1961, p. 7). Cada um desses manuscritos mereceria apresentação por aqui, mas não nos desviaremos a esse ponto do nosso rumo. Detenhamo-nos apenas um pouco mais em *Os almanaques*, pois se trata, em grande parte, de uma tradução portuguesa de uma tradução latina de um almanaque árabe, ou seja, a primeira tradução científica para a língua portuguesa de que temos notícia, datada provavelmente de 1321. Na esteira dessa tradição astrolômica dos quatrocentos e quinhentos é que se inserem *Os almanaques portugueses de Madrid*, assim denominados por se encontrarem no códice 3349 da Biblioteca Nacional de Madrid. Segundo Albuquerque (ibid., p. 37), as notas e observações à margem dos manuscritos indicam o grau de preparo dos autores da versão portuguesa ou dos astrôlomos que a usaram. Além de dados de interesse exclusivamente astrolômicos, Albuquerque destaca o seu aporte para a geografia, o calendário e, evidentemente, para a história da ciência.

Veremos um pouco mais sobre os almanaques na próxima seção, quando apresentarmos o judeu salmantino, Abraão Zacuto, e o seu *Almanaque perpétuo*, publicado em Portugal em 1496. Além de orientação fundamental aos navegadores, esse almanaque talvez possa ser considerado emblemático desse gênero de literatura, como sugere o título do seguinte catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNP): *Os sucessores de Zacuto* (2002). De 1496 a 1966, esse catálogo identificou 861 almanaques na BNP. Às vezes chamados de repertórios, lunários, efemérides, prognósticos, guias, entre outras denominações, os almanaques (em árabe, *al manakh* significa calendário) funcionam como um calendário anual, fornecendo informações resumidas sobre vários saberes, orientações práticas para o dia a dia e previsões meteorológicas, de maneira geral com base na astrolomia (Lisboa, 2002, p. 11-12). No século XVII essa literatura se popularizou deveras, sobretudo em Lisboa, que, “além de ser uma das cidades mais populosas da Europa naquela época, era o principal centro de produção, impressão e consumo dos prognósticos e lunários” (Carolino, 2002, p. 45). Sobre esse assunto, além do catálogo da BNP, há também o interessante estudo de Luís

Miguel Carolino, publicado em *A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII* (2002).

Como vimos, há que se destacar a presença na expansão marítima de textos de astrolomia traduzidos pelos astrônomos que viviam em Portugal nesse tempo. Voltando aos textos helenísticos, o *Tetrabiblos*, de Ptolomeu, como já foi dito, atravessou todos esses séculos, línguas e culturas, sendo mencionado pelas mais diversas fontes, o que mostra o seu prestígio. Essa obra de Ptolomeu está disponível hoje a todos os estudiosos do mundo na versão que mais lhes interessar, mas não temos notícias da tradução desse texto para o português, a não ser recentemente, uma tradução baseada na edição crítica de F. E. Robbins. As primeiras traduções para vernáculos de que temos notícia, como já dissemos, são do século XIV, para o francês, e do XV, para o castelhano. Sobre essa última nos deteremos com calma mais adiante, pois chegamos a examinar o seu manuscrito na Biblioteca Nacional de Madri.

A não-existência de uma tradução do *Tetrabiblos* para o português nessa época causa um certo estranhamento, tendo em vista que os astrônomos, que já eram useiros e vezeiros nas cortes portuguesas, com o advento da expansão marítima passaram também a frequentar as expedições náuticas, pois eram eles os especialistas em tabelas e instrumentos náuticos. E como textos e práticas caminham juntos, não é absurdo supor senão a tradução, pelo menos a circulação desses textos no cenário em questão, como vimos nos manuscritos apresentados por Albuquerque. De fato, encontramos diversas versões quinhentistas do *Tetrabiblos* na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Geral da Universidade de Salamanca, mas só em latim e grego.

Várias explicações podem ser oferecidas para dar conta dessa ausência de uma tradução para o português. Além das teorias conspiratórias, da ação do tempo e dos já mencionados “livros perdidos” (sobre os quais só podemos especular) ou do poliglotismo do português, argumento já desenvolvido em seção anterior, há também a ação da Inquisição, como veremos mais adiante. Além dessas hipóteses historiográficas, há uma questão conceitual, ou melhor, uma característica que se aplica não só à tradução do *Tetrabiblos*, mas à tradução de maneira geral, e à científica em particular, que pode ajudar a compor esse cenário: ela costuma ser tratada como uma atividade menor, marginal. Raramente se reconhece a participação do tradutor na produção científica, e, quando isso ocorre, geralmente

o tom é pejorativo, pois só se destacam os problemas: é o famoso apanágio *traduttore-traditore*. Como estamos vendo nesta tese, a invisibilidade e a marginalidade da tradução não se justificam, tendo em vista a intervenção do tradutor não só nos textos, mas também na própria prática científica. Entretanto esse status é diretamente proporcional ao status da linguagem na história do pensamento.

Grosso modo, podemos dizer que a tradição filosófica, desde o *Crátilo*, de Platão, lança suspeitas sobre a possibilidade de a linguagem – essa “coisa” instável e contingente – dar conta de descrever aquilo que seria estável e universal, como é a verdade epistêmica, objeto da filosofia e da ciência. Nesse sentido, a linguagem foi tratada como um mal necessário até o século XIX, quando as obras de W. von Humboldt e Franz Bopp a conduziram para as discussões universalizantes da ciência. No fim desse mesmo século, constituiu-se a Linguística, a ciência da linguagem, tendo como um de seus pais o francês Ferdinand de Saussure. Ao longo do século XX, num diálogo com essa recém-nascida ciência, a filosofia volta a se ocupar com a linguagem e podemos falar até numa “virada” linguística na filosofia contemporânea, posto que, nas suas mais diversas vertentes, encontramos o problema da linguagem em posição central.

Decerto que as questões relativas à tradução acompanharam essas mudanças de concepção da linguagem e, atualmente, com a institucionalização dos Estudos da Tradução como área de conhecimento, há uma tendência a se rever o papel da tradução, sobretudo porque, no pensamento contemporâneo, as categorias de autor e originalidade, que para entender o medievo e a Renascença são totalmente inadequadas, estão sendo ressignificadas.

Em certos casos, como o do *Tetrabiblos*, há mais traduções do que “originais” disponíveis hoje. Na verdade, como já dissemos antes, materialmente não há mais originais, apenas manuscritos medievais e renascentistas, que já são cópias de cópias de cópias. Uma edição crítica do *Tetrabiblos*, de 1940, fixou o conjunto oficial de manuscritos “originais”, mas, a despeito dos rígidos critérios do filólogo F. E. Robbins, trata-se de uma seleção. Em outra circunstância talvez a escolha fosse outra, como foi na outra edição crítica disponível do *Tetrabiblos*, levada a cabo por Simonetta de Feraboli (1989). Diante disso, como temos afirmado nesta tese, há que se considerar esta e todas as outras obras clássicas

como constructos históricos que passaram por diversas mãos, entre elas as dos tradutores.

Como vimos, a tradução também teve um papel importante na historiografia portuguesa, que se deve, entre outras fontes, à *Crónica do mouro Rasis*, traduzida do árabe. Vimos também que as traduções do grego para o árabe e para o latim, do árabe para o hebraico e para o latim, e do latim para os vernáculos, entre outras combinações possíveis, foram patrocinadas por elites e governos, como foi o caso dos reis Afonso X e D. Dinis, do conde de Barcelos, de D. Duarte, da Igreja e dos califas de Bagdá e Córdoba, com o propósito de fortalecer projetos nacionais, atender a estratégias político-pedagógicas ou fazer circular as ciências. Além disso, as traduções não eram feitas por tradutores profissionais, como hoje em dia, mas pelos próprios acadêmicos – astrônomos-tradutores, filósofos-tradutores, médicos-tradutores – que, às vezes, chegavam ao ponto de cruzar continentes em busca dos textos que desejavam traduzir.

Nesse período, como vem sendo mencionado ao longo desta tese, não havia distinção entre astrologia e astronomia, como há hoje, tendo em vista que, para ser astrólogo, era necessário ser também matemático e astrônomo.⁶⁷ Ademais, enquanto vigorou a teoria dos humores de Galeno, a medicina esteve vinculada às práticas astrológicas, que se propunham – e ainda se propõem – a fazer prognósticos sobre certos eventos terrestres com base em certas posições planetárias. Era comum encontrarmos médicos-astrólogos nas cortes europeias. Trocando em miúdos, a astrologia foi considerada lei universal da natureza até a derrocada final da cosmologia aristotélica, efetuada por Isaac Newton (1642-1727), que definitivamente pôs fim à diferença ontológica que havia entre o mundo celeste e o mundo terrestre, na qual se baseava a astrologia (Thorndike, 1955). Isso tudo já vimos quando apresentamos o termo “astrolomia” no capítulo teórico, que tem sido usado aqui preferencialmente para significar esse amálgama entre astronomia e astrologia que havia até então.

Podemos imaginar, então, um cenário em que ideias, ciências e textos são transmitidos de uma língua para a outra e de um lugar para o outro, num movimento de intercâmbio cultural assaz enriquecedor, o que não significa que

⁶⁷ Com o advento da imprensa, as tábuas e efemérides astronômicas começaram a se difundir, deixando de ser necessário o cálculo para a prática astrológica. Esse é um dos fatores da ruptura entre astronomia e astrologia, tendo em vista que não se precisava mais ser matemático ou astrônomo para ser astrólogo.

não houvesse tensões e hesitações, em função de interesses nacionais, religiosos ou comerciais. Também podemos imaginar que houvesse acadêmicos altruístas, forças de relevo num acontecimento desse tipo, mas a abundância de traduções da maneira que houve não pode ser atribuída a indivíduos isolados, e sim a forças ativas diversas, como o interesse das elites que deram o apoio necessário para que isso acontecesse.

Por outro lado, havia também forças reativas, como a Inquisição⁶⁸ e os reis católicos, que perseguiram as “práticas judaizantes”, que, além da astrolomia, englobavam também a medicina e outras ciências, em grande parte áreas de atuação de árabes e judeus. Como eram esses próprios “praticantes” que em geral faziam as traduções, diversos tradutores também foram perseguidos. Esta pode ser uma outra explicação para a ausência de uma tradução portuguesa para o *Tetrabiblos*, como detalharemos a seguir.

O primeiro rol português de livros proibidos baseou-se nos de Sorbonne, Louvain, Flandres e Castela, saiu em 1547 e continha 72 livros listados, mais alguns outros “suspeitosos”. Segundo Dias (1963, p. 282), o rol não incluiu livros de astrolomia num primeiro momento, pois esta se assentava em bases científicas. Só mais tarde a “astrologia judiciária” entrou nos índices por “seu conteúdo de superstição ou de aderência ao determinismo físico” (ibid.). Dias ainda faz uma observação que nos interessa: “é de notar que o que proibiu proibiu-o deveras, porque são escassíssimos os exemplares das obras proibidas que sobreviveram à acção inquisitorial” (ibid., p. 232). Ou seja, talvez possamos considerar as versões do *Tetrabiblos* (em latim e grego) e de outras obras astrológicas que encontramos nas bibliotecas de Lisboa, Coimbra, Évora, Madri e Salamanca como “sobreviventes”, sobretudo diante dos sinais da ação da Inquisição que vimos em alguns exemplares, com páginas riscadas e rasgadas.⁶⁹

Na sua apresentação dos *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*, Artur Moreira de Sá (1983, p. 7) conta que foram nove róis de livros proibidos nos quinhentos; que a partir do sétimo rol, de 1581, os livros defesos são classificados também em “livros em latim” e “livros em linguagem”; e que a

⁶⁸ A Inquisição em Portugal caracterizou-se principalmente pela perseguição aos judeus, posto que a Reforma ainda não ecoara entre os portugueses (Dias, 1988, p. 36).

⁶⁹ Cf. fotos nos Anexos 12 e 13.

astrologia judiciária entra na lista a partir do quinto rol, de 1564, que passa a incluir uma nona regra, já adaptada para o português atual:

[...] Todos os livros e obras de geomancia, hidromancia [...], ou em que se contem sortes, feitiçarias, agouros, boas ditas ou encantações da arte mágica sejam totalmente reprovados e defesos [proibidos]. E os bispos tenham muita conta que ninguém tenha, nem leia, livro ou catálogo, ou tratado de astrologia judiciária [...]. (ibid., p. 461)

Essa censura da literatura astrológica compõe parte importante da história que aqui se estuda, sobretudo se considerarmos a “crescente aproximação de interesses entre historiadores de ciência e especialistas de história do livro” (Leitão, 2002, p. 21). Nessa aproximação, acrescentaríamos ainda a história da tradução. Ou seja, não se pode abordar a história da tradução de textos científicos no período da expansão marítima sem considerar a ação da Inquisição sobre eles. Em seu estudo *O livro científico dos séculos XV e XVI*, Henrique Leitão afirma que “estas [obras de astrologia] foram aquelas que mais sofreram com as intervenções censórias da Inquisição” (Leitão, 2004, p. 29) e “por via da condenação à astrologia judiciária e outras artes divinatórias, foi introduzido um critério censório com potencial para afectar obras ‘científicas’” (p. 48).

Além da repressão concreta da Inquisição sobre os textos de astrologia e, portanto, sobre os textos científicos, Leitão (ibid., p. 53) lembra também que os livros técnicos, de uso cotidiano, que eram muito manuseados, também podem ter desaparecido, em muitos casos, por ação do tempo e desse desgaste produzido pela excessiva manipulação. Decerto podemos imaginar que, a despeito de seu caráter teórico, o *Tetrabiblos* também tenha sido um livro muito manuseado, porque ali estão todos os fundamentos da astrologia, base de qualquer prática astrológica.

José Pardo Tomás também estudou o impacto da Inquisição na produção e circulação de livros científicos. Em seu *Ciencia y censura. La inquisición española y los libros científicos en los siglos XVI y XVII*, Tomás dedica um capítulo inteiro, “Las areas de conflicto: astrología y copernicanismo” (Tomás, 1991, p. 149-190), à astrologia e ao copernicanismo. Ele também cita a regra nove do *Index* como pretexto para uma longa digressão sobre a censura literária à astrologia (ibid., p. 155-170).

O que nos chama a atenção é a menção à defesa do “doutíssimo Ptolomeu, de quem tanta festa faz São Tomás, [que] entrava na generalidade da proibição de todos os livros e tratados” (Tomás, 1991, p. 168), feita por Juan Mendoza Porres, um astrólogo preocupado com a ação da Inquisição sobre a sua disciplina, sobre o qual Tomás não conseguiu levantar mais nenhuma informação. Porres escreveu sobre a regra nove, defendendo a sua ciência antes de ela ser incluída no *Index*. Com base em seu indubitável conhecimento sobre o assunto, sugere inovações e correções à nona regra, usando o mesmo argumento que se encontra em Ptolomeu para defender a astrologia: não se pode desqualificá-la porque há os que a usam de maneira vã.⁷⁰ Ou seja, a astrologia não pode ser condenada porque há pessoas que a praticam de maneira imprópria. Como já mencionamos no capítulo 4 desta tese, Ptolomeu parece se apropriar do mesmo argumento que Platão usa na *República* para defender a filosofia.

O debate não acabou por aí, Tomás ainda cita outras questões interessantes, mas, para o que nos toca diretamente, foi de grande utilidade a sua menção aos estatutos da Universidade de Salamanca de 1594 (ibid., p. 154). Buscamos o mencionado estatuto e lá encontramos uma referência ao *Tetrabiblos* “corrigido” e “que se permite”, no 18º. artigo da cátedra de matemáticas e astrologia:

No quarto ano [se lerá] a esfera e a astrologia judiciária pelo quadripartito [Tetrabiblos] de Ptolomeu e pelo Alcabitius **corrigidos**, lendo primeiro a introductoria e depois o de eclipsibus, de cometis, de revolutionibus annorum mundi, de nativitatibus, **o que se permite**, e de cubitu aegrotantium [...]. (Montes, 1990, p. 142, nossos grifos)

Vale lembrar que a astrologia fazia parte dos currículos acadêmicos não só em Salamanca, mas nas universidades de maneira geral. Mas vamos nos ater neste capítulo somente à Península Ibérica. No caudaloso *Historia de la universidad en Europa*, Hilde Ridder-Symoens diz o seguinte:

Não se deve esquecer que a motivação de muitos que estudavam as artes do *quadrivium* era sem dúvida astrológica. [...] O sentimento de que a Espanha era um centro de excelência da educação astrológica, e nas matemáticas que exigia como complemento, foi o que fez com que muitos estudiosos cruzassem os Pirineus. (Ridder-Symoens, 1994, p. 392)

⁷⁰ Cf. *Tetrabiblos*, livro 2, p. 6.

Em Portugal, segundo Francisco Sanches (1950, p. 42), o Infante D. Henrique criou, em 1431, a cadeira de “astronomia” na Universidade de Lisboa. Sabemos também que, em 1513, a cadeira de “astrologia” era oferecida nessa mesma Universidade (Bethencourt, 1982, p. 57). Como sabemos, em todos os casos mencionados tratava-se de uma astrolomia. Além da universidade, temos também a Aula da Esfera, do Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus, em Lisboa, que vigorou de finais do século XVI a meados do século XVIII. Segundo Leitão (2008, p. 19), organizador do recém-publicado catálogo de manuscritos científicos usados na Aula da Esfera, “foi a mais importante instituição de ensino e prática científica em Portugal”. Além da cosmografia e das matemáticas, “ainda se abordaram outros assuntos, como por exemplo a astrologia, que embora relacionados com alguns dos anteriores hoje não se consideram disciplinas científicas” (ibid., p. 20). Samuel Gessner, nessa mesma publicação, ainda complementa:

Esta prática [a astrologia] parece estar tão enraizada, quando se pensa, por exemplo, nas suas aplicações médicas, que o ensino deste assunto se impõe, facto excepcional no contexto de um colégio jesuíta. A astrologia pode praticar-se recorrendo a um instrumento, o globo celeste ou o astrolábio, para levantar a ‘figura do céu’ com as suas 12 casas. (Gessner, 2008, p. 86)

Esse catálogo é composto por 86 obras, dentre as quais há vários tratados de astrologia (alguns junto com outros assuntos), inclusive alguns que incluem “uma série de comentários opondo opiniões de autores antigos e árabes aos de matemáticos modernos” (Leitão, 2008, p. 160). Alguns desses tratados são em português, como os do Padre João Delgado (1553-1612) e de Inácio Vieira (1678-1739), outros em latim, como o *De astrologia universa tractatus*, de Cristoforo Borri (1583-1632). Numa análise superficial desse e de outros catálogos, vimos que há textos traduzidos, parafraseados e compilados que mereceriam uma dedicação maior; no entanto, para não perder o fio da meada desta tese, deixemos isso para trabalhos futuros.

Como vimos nesta seção, não se pode desconsiderar a ação da Inquisição, sobretudo a partir da publicação da nona regra, no sistema de literatura astrolômica, incluindo-se aí evidentemente a literatura traduzida. A censura direta aos livros de astrologia, cujos indícios encontramos em algumas obras que restaram, como os impressos SA 668 da Biblioteca Nacional de Lisboa e BG

136693 da Biblioteca Geral da Universidade de Salamanca, ambos de 1551, decerto inibiu a edição desse tipo de literatura. A ação do tempo e do excessivo manuseio também pode ser considerada como um dos fatores para o desaparecimento de muitos livros antigos, se calhar do próprio *Tetrabiblos* numa suposta versão em português. No entanto não podemos tratar aqui do que não temos nenhuma evidência empírica. Fiquemos então com o manuscrito 186 da Biblioteca Nacional de España, uma reescrita castelhana do *Tetrabiblos* feita no século XV, já que, como vimos anteriormente, um dos fatores inibidores da tradução em geral nesse polissistema foi o bilinguismo do acadêmico português. Vejamos antes alguns outros textos e personagens dessa história.

7.5

Alguns textos e personagens do sistema de literatura astrolômica do polissistema ibérico: Abraão Zacuto, José Vizinho, João Faras, Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes e André do Avelar

Como estamos vendo, a tradução teve um papel de destaque nesse empreendimento expansionista ibérico, sobretudo na transmissão da literatura científica. Decerto que se destacam as obras de geografia e astrolomia, posto que havia uma demanda enorme por esses saberes que instrumentalizavam a empreitada. Para entendermos melhor o sistema de literatura astrolômica do polissistema ibérico nos séculos XV e XVI, apresentaremos nesta seção alguns personagens prestigiados da história da ciência desse período, mas que raramente são lembrados por suas práticas tradutórias:

1) Abraão Zacuto, que preparou em hebraico o reconhecido *Almanaque perpétuo*, cujas tabelas de posições planetárias, em suas versões latina e castelhana, feitas pelo também astrôlomo José Vizinho, informaram Vasco da Gama e várias gerações de navegadores e astrôlomos portugueses;

2) João Faras, primeiro a descrever a constelação do Cruzeiro do Sul, que, além de ser o responsável por um dos três únicos documentos que testemunham o achamento do Brasil, também traduziu do latim para o português a obra *De situ orbis*, de Pompônio Mela (século I), na qual Duarte Pacheco Pereira se baseou para escrever o já mencionado *Esmeraldo de situ orbis*, onde achamos pela primeira vez o termo “astrolomia”;

3) Pedro Nunes, que, além de uma vasta obra de sua própria autoria, traduziu para o português alguns textos importantíssimos na época, como o *Tratado da esfera*, de Sacrobosco (século XIII) e a primeira parte da *Geografia*, de Ptolomeu (século II); e

4) André do Avelar, sucessor de Pedro Nunes na Cátedra de Matemática da Universidade de Coimbra, que escreveu o *Reportório dos tempos*, considerado por alguns como tradução de um repertório espanhol anterior, escrito por Jerônimo de Chaves.

De Salamanca a Lisboa e Coimbra, esses reconhecidos personagens da história da ciência no período da expansão marítima inscrevem-se definitivamente na história da tradução. Seguindo seus rastros, vejamos cada um deles com mais detalhes.

Abraão Zacuto (ca.1450-ca.1532) e José Vizinho (século XV, não se sabe exatamente quando nasceu e morreu) contribuíram deveras para a bibliografia da época sobre astrolomia e navegação (Ventura, 1985, p. 48-50). Na Salamanca de 1478, Zacuto terminou de escrever em hebraico o *Ha-jibur ha-gadol* (*Almanaque perpétuo*), que foi um dos primeiros livros impressos em Portugal (1496), já nas versões latina e castelhana de José Vizinho.⁷¹ Há notícias de uma edição do *Almanaque perpétuo* de 1473, no entanto até hoje ela não foi encontrada.

A versão castelhana mais antiga do *Almanaque* foi feita por Juan de Selaya, professor de astrolomia na Universidade de Salamanca (USAL). A propósito, segundo F. Cantera Burgos (1931, p. 85), “no dia 5 de dezembro de 1481 (ou 1482, pois não está completamente clara tal cifra), se redigia esse escrito, traduzido pelo Mestre de Selaya do hebraico para o espanhol, servindo-lhe de intérprete o próprio Zacuto”. Mais uma vez nos deparamos com um testemunho de tradução a quatro mãos, onde podemos supor que Zacuto lia seu texto em hebraico, traduzia oralmente em castelhano, provavelmente discutindo o conteúdo com Selaya, que, por fim, redigia o texto em castelhano. Talvez por isso o reconhecimento dessa tradução como sendo fiel ao original hebraico, ao contrário, como veremos em seguida, da tradução de José Vizinho.

Alguns estudiosos dizem que Zacuto lecionou na USAL de 1467 a 1475 (Mourão, 2000, p. 476), no entanto não há evidências disso, sendo até pouco

⁷¹ Cf. Anexos 14 e 15.

provável, tendo em vista a ortodoxia da universidade. Mas ele deve ter frequentado a universidade como estudante, depois de ter sido formado nos “conhecimentos tradicionais dos jovens da sua religião – a lei mosaica e os princípios talmúdicos e cabalísticos –”, na colônia judaica de Salamanca, que, além de numerosa, “contava com homens de elevada cultura” (Albuquerque, 1986, p. 9). Outra lenda sobre a vida de Zacuto é que, ainda em Salamanca, em 1486, ele teria fornecido informações e livros a Cristóvão Colombo durante as suas negociações de viagem com os Reis Católicos, mas, novamente, não há indícios documentais para tal afirmação.

Zacuto escreveu pelo menos mais duas obras, das quais só se conhecem suas versões castelhanas: *Tratado de las influencias del cielo* e *De los eclipses del sol y de la luna*, de 1486, ano que deixou Salamanca, indo para Cáceres. O *Tratado*, notadamente astrológico e cheio de referências ao *Tetrabiblos*, como se percebe até mesmo num exame superficial, foi composto sob os auspícios de D. Juan Zuniga (ibid., p. 19), ao contrário do *Almanaque perpétuo*, que contou com o patrocínio do bispo de Salamanca, Gonzalo de Vivero. Com a expulsão dos judeus em 1492, Zacuto seguiu para Portugal, sendo certa a sua presença em Lisboa, em 1493.

Base da ciência náutica até a entrada em cena de Pedro Nunes, o *Almanaque perpétuo* fundamenta-se nas tábuas de Aben Verga (astrôlogo que viveu em Lisboa em meados do século XV) e D. Afonso X, sendo muito bem recebido pelos navegadores. A serviço do rei D. João II, Zacuto participou dos preparativos da viagem de Vasco da Gama. Ademais, seu almanaque foi levado também por Fernão de Magalhães na viagem de circunavegação. Em 1496, D. Manuel expulsou os judeus de Portugal, dentre eles, Zacuto, que acabou indo para Túnis e, em seguida, Jerusalém. Morreu em Damasco, provavelmente em 1522, mas há quem diga 1515 ou 1510.

Zacuto fez pelo menos um discípulo, mestre José Vizinho, que traduziu o *Almanaque perpétuo* para o latim e o castelhano. Nascido provavelmente em Viseu, em data desconhecida, Vizinho assessorou o rei D. João II no projeto de Colombo em 1483 e em várias outras empreitadas astrolômicas. Não se sabe por que a tradução foi feita para o castelhano e não para a sua língua – o português –, mas o que se sabe é que Vizinho “reordenou o texto e suprimiu mesmo alguns

capítulos”, tratando-se de um resumo do original hebraico, em vez de uma tradução fiel, como a de Selaya (Albuquerque, 1986, p. 27).

Além da tradução do *Almanaque*, a *Vizinho* é atribuída a autoria, junto com mestre Rodrigo, da primeira versão do regimento do Sol (para determinar a latitude no mar) usado na versão de 1496 do *Almanaque*. O já mencionado *Guia náutico de Munique* também deve ter sido escrito, em sua primeira versão, por José Vizinho e Rodrigo, sendo revisado mais tarde por Zacuto, entre 1492 e 1497, que produziu a segunda versão do *Guia*. Como quase todos os astrônomos do seu tempo, Vizinho também era médico, tendo testemunhado a morte de D. João II, em 1495.

Do ponto de vista da história da ciência, além do *Almanaque perpétuo*, outros textos se destacam no impulso para a expansão marítima portuguesa. O *Tratado da esfera*, por exemplo, do astrôlogo inglês João de Sacrobosco, foi escrito no século XIII, tendo sido adotado como livro didático em diversas universidades. Trata-se de uma obra introdutória à astrolomia ptolomaica. Seu caráter paradigmático fica evidenciado pelo número de traduções, comentários e edições que recebeu, tendo sido o primeiro livro de astrolomia impresso em tipos móveis. Até Galileu Galilei tinha o seu tratado da esfera, e o único astrôlogo citado no seu *Diálogo sobre os principais sistemas do mundo* é Sacrobosco (Camenietzski, 1991, p. 14-15). Resumindo a sua importância:

Aparentemente, Sacrobosco escreveu precisamente na época certa para fazer uma combinação de um compromisso adequado entre a velha astronomia literária da primeira idade média e a nova astronomia científica dos tradutores de árabe do século XII. Ele uniu Macróbio e Ptolomeu e cobriu tudo com Alfragano, e o livro ficou em voga por cinco séculos. (Thorndike apud Camenietzki, 1991, p. 13)

Como já dissemos no segundo capítulo, o *Tratado da esfera* foi o texto básico para a formação de pilotos e, segundo Carlos Camenietzki (1991, p. 15), trata-se de um “caso raro naquela época: um texto sai do mar fechado das universidades e cai na vastidão dos oceanos”. Raro porque, como já vimos em outra seção, havia um movimento erudito, associado ao humanismo latinista dos acadêmicos, e um movimento prático, desbravador, associado ao renascimento científico, levado a cabo sobretudo pelos navegadores, usuários dos vernáculos, das chamadas línguas vulgares. Portanto, como também já dissemos, a tradução desse texto tornou-se imprescindível, pois os pilotos, quando liam, não liam latim.

Nesse sentido, podemos dizer que humanismo e ciência desenvolveram-se separadamente.

Em português, a última tradução do *Tratado da esfera* foi de Pedro Nunes (1502-1578), numa edição simples, para instruir pilotos. Nunes também traduziu a *Geografia*, de Ptolomeu, o que nos faz crer que talvez ele tenha tido acesso às outras obras de Ptolomeu, como o *Tetrabiblos*. Contudo não temos nenhuma evidência disso, a não ser o fato de que esse texto fazia parte do sistema de literatura científica no qual Nunes se inseria.

Na biografia de Pedro Nunes, como na de vários de seus contemporâneos, inscrevem-se atividades diversas, como a de cosmógrafo do rei, professor universitário, professor de pilotos, inventor de instrumentos náuticos, astrôlomo e matemático. Como já mencionamos, nessa época, os currículos ainda incluíam o estudo da astronomia para fins astrológicos, e, segundo algumas fontes, Pedro Nunes, o cosmógrafo-mor, teria feito um prognóstico astrológico sobre a pouca duração do reinado de D. Sebastião, justificando a astrologia como parte da matemática que diz respeito aos sucessos futuros (Ventura, 1985, p. 23-25). É claro que alguns biógrafos consideram essa história uma lenda, mas o fato é que D. Sebastião só reinou por um ano. Segundo Manuel Ventura, havia também uma ligação de Pedro Nunes com o famoso astrôlomo inglês John Dee (1527-1608), que foi conselheiro da rainha Elisabete I.

O público de Pedro Nunes era composto por seus discípulos da nobreza, como os infantes D. Duarte e D. Luis, e também fidalgos, como D. João de Castro, futuro vice-rei da Índia, que era um piloto “intelectual”. A tradução do *Tratado da esfera*, feita por Nunes, não se destinava a quem tivesse passado universitário, mas sim a pilotos, apesar de Nunes nunca ter navegado. Vinculado ao projeto nacional português, Pedro Nunes inculca um sentido prático à sua obra (Camenietzski, 1991, p. 19-20).

A tradução é antecedida por uma dedicatória de Pedro Nunes “Ao sereníssimo e excelentíssimo príncipe o infante D. Luis”,⁷² que é um texto que nos interessa, por suas posições filosófica, tradutória e politicamente bem marcadas.

Em primeiro lugar, ele declara a sua adesão a uma concepção de linguagem agostiniana, que implica, segundo Nunes, que a ciência não tem

⁷² Este texto de Pedro Nunes encontra-se nos Anexos 16 e 17.

linguagem própria, tendo em vista que se faz por demonstração, ou seja, por meio de um discurso. Nesse sentido, com qualquer linguagem a ciência pode se fazer entender. Esta é uma posição explicitamente favorável à traduzibilidade (questão cara não só aos estudos da tradução, mas também à filosofia da ciência) e à desmistificação da linguagem científica, à qual se costuma associar uma certa dificuldade inerente de compreensão.⁷³

Um segundo ponto, decorrente do primeiro, é, nas palavras de Nunes (adaptadas por Camenietzki), uma suspeita de que os eruditos que não traduzem as obras de ciência na verdade só desejam manter a sua autoridade:

E pois [já que] de uma linguagem em outra se pode tirar qualquer escritura que não seja de ciência sem se estranhar, não sei entender de onde veio tamanho receio de trasladar na linguagem vulgar outra qualquer obra de ciência: senão que os letrados quisessem encarecer isto por lhes parecer que desta sorte acrescentavam mais em sua autoridade. (Nunes, 1991, p. 27-28)

Nessa passagem, numa franca crítica política aos seus pares, Nunes os acusa de não traduzirem, por medo de que outras pessoas tenham acesso à ciência, o que implicaria perda de poder sobre essas pessoas. Em termos anacrônicos, poderíamos dizer que é um movimento de “reserva de mercado”, já que parece querer garantir a um pequeno grupo a autoridade sobre o domínio científico.

O terceiro ponto é interessante, pois manifesta uma meta que, apesar de ter sido amplamente perseguida em Bagdá e Toledo, só será inserida definitivamente no ideário europeu alguns séculos depois, com o projeto Iluminista, a saber: a divulgação e educação científicas, que implicam, entre outras coisas, a tradução de textos canônicos para os vernáculos:

E porque o bem quanto mais comum e universal tanto mais é excelente, vendo eu que o Tratado da Esfera e a Teoria do Sol e da Lua com o primeiro livro da Geografia de Ptolomeu são aqueles princípios que deve ter qualquer pessoa que em cosmografia deseja saber alguma coisa; por carecerem disto os que não sabem latim, os tirei em nossa linguagem. Acrescentei-lhe algumas anotações para que mais facilmente se pudessem entender. (Nunes, 1991, p. 27-28)

⁷³ Nos séculos XIX e XX, essa dificuldade se associou ao formalismo lógico, afastando cada vez mais a linguagem científica da linguagem do homem comum. Atualmente, há um grande esforço, em nome da democratização, para promover uma aproximação entre a ciência e o cidadão leigo, por meio da chamada divulgação científica (que, como mostramos no segundo capítulo, também pode ser entendida como um tipo de tradução).

No entanto alguns estudiosos discutem essa suposta meta. Henrique Leitão, por exemplo, em seu estudo introdutório ao catálogo sobre Pedro Nunes da BNP, *Pedro Nunes (1502-1578): novas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrellas*, afirma que “a divulgação é uma tarefa nobre, mas não é quase nunca uma preocupação dos grandes criadores científicos e não foi certamente uma preocupação de Pedro Nunes” (Leitão, 2002, p. 17). Será mesmo? No prólogo ao infante D. Luis, como vimos, o discurso é de divulgação. Além disso, segundo Rômulo de Carvalho (1988, p. 69): “A atitude de Pedro Nunes [de traduzir] é o sinal de rebeldia contra uma opinião de raízes seculares [de que a ciência é só para doutos, por isso o uso do latim]”. Para dar conta disso, Nunes evoca a autoridade de Agostinho.

Maria Manuela Sánchez e José Pinilla, que já informaram a seção sobre o bilinguismo dessa época, também fazem parte do grupo que considera Nunes como divulgador da ciência: “[Pedro Nunes] Foi tradutor de obras científicas e guiou-se nessa tarefa pelo desejo de divulgar o saber e atualizar o conhecimento” (Sánchez; Pinilla, 2003, p. 214). Ainda nessa linha “didática”, Sánchez e Pinilla revelam que Nunes também fez autotradução, traduzindo para o castelhano seu *Livro de álgebra*: “Estamos num século em que os escritores portugueses não só escrevem em castelhano, mas também traduzem para o castelhano do latim, francês e italiano. E também do português, como Pedro Nunes” (ibid., p. 217). Nesse cenário, “a expansão marítima portuguesa dará lugar a uma literatura científica orientada a melhorar as condições de navegação e de exploração das novas terras descobertas” (ibid., p. 214).

Leitão (2002, p. 21) diz que não sabe o que levou Nunes a fazer a sua estreia com traduções de textos elementares. Talvez a resposta seja exatamente uma certa vocação divulgadora, atendendo a uma demanda local, sobretudo da corte. Todavia, para ganhar o mundo, Nunes publicou sua obra também em latim, nunca mais publicando nada em português. Vale lembrar que sua obra é mais teórica, tendo pouca utilidade para os nautas.

Eis um trecho do *Tratado em defesa da carta de marear*, também de Pedro Nunes, mencionado na introdução de Camenietzki à versão brasileira do *Tratado da esfera*, que evidencia a conexão da astrolomia com a náutica:

Ora manifesto he que estes descubrimentos de costas: yllas: e terras firmes: nam se fizeram indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes muy ensinados e providos de estormentos [instrumentos] e regras de astrologia e geometria: que sam as cousas de que os cosmographos ham de dãdar [dar andar] apercebidos. (Camenietzki, 1991, p. 23)

Em 1589 ou 1592, André do Avelar substituiu Pedro Nunes na cátedra de matemática da Universidade de Coimbra, que ficara vaga por mais de 30 anos, entretanto nunca o citou, ao contrário da já mencionada Aula da Esfera, em Lisboa, que trabalhava amiúde com os escritos de Nunes (Leitão, 2002, p. 27).

Pouco se sabe sobre a vida de Avelar, mas é muito provável que tenha nascido em Lisboa em 1546. A data de sua morte também não é conhecida, mas se sabe, pelos autos do seu primeiro processo inquisitorial, que em 1623 ele ainda estava vivo. Por essa mesma fonte, reproduzida por António Baião, em *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa*, no volume I, dedicado aos “homens de letras e de ciência por ela condenados” (1972), sabemos que Avelar estudou artes e teologia em Salamanca e Valladolid, era filho de Galás de Avelar e Violante Fernandes, teve vários irmãos, casou-se com Luíza de Faria e teve seis filhos.

Avelar publicou o *Reportorio dos tempos*, em 1585, sendo provavelmente essa publicação que lhe abriu as portas da Universidade.⁷⁴ Para A. A. Gonçalves Rodrigues, em seu *A tradução em Portugal*, trata-se de uma tradução feita por André do Avelar do texto castelhano de Jeronimo de Chaves (Rodrigues, 1992, p. 56-57). Para Adalgisa Costa, que fez um exame pormenorizado dos dois textos em sua dissertação *O Reportorio dos tempos de André do Avelar e a astrologia em Portugal no século XVI* (2001), o texto de Chaves é a principal fonte de Avelar, mas, apesar de não ser um exemplo de originalidade, tampouco se trata de uma tradução, e sim de uma compilação de obras anteriores.

Os repertórios eram obras de grande difusão que compõem um tipo de literatura que, nessa época, poderíamos incluir no sistema de literatura científica, junto com os já mencionados almanaques. Apesar de tratar de vários assuntos, boa parte de seu conteúdo é dedicada à astrolomia. Lá se encontram questões sobre o tempo, ciclos planetários, calendário, eclipses, meteorologia, entre outras. Chamam a atenção também algumas notas sobre a “arte de marear”.

⁷⁴ Cf. Anexo 18.

Ao contrário de Pedro Nunes, que também era cristão-novo e não fora perturbado pela Inquisição, Avelar foi perseguido, tendo seu livro incluído no *Index* (Costa, 2001, p. 59-63). Condenado pelo Santo Ofício em 1620, esse foi o último ano de Avelar na Universidade, apesar de ter abjurado. A partir daí houve uma sequência de delações, prisões, humilhações e confissões, tanto em Coimbra quanto em Lisboa, sendo definitivamente condenado à prisão perpétua em 1623 (Baião, 1972, p. 126).

Cabe ainda destacar o Mestre João Faras, primeiro astrôlogo a pisar em terras brasileiras. Mestre João acompanhou a esquadra de Cabral ao Brasil, sendo o responsável por uma das três fontes documentais que restaram desse evento (as outras duas são a carta de Caminha e a de um piloto anônimo). Ele escreveu uma carta ao rei descrevendo aspectos astrolômicos, sobretudo a constelação do cruzeiro do sul (Penjon; Quint, 1992, p. 163). O pouco que se sabe sobre a vida desse personagem se deve a essa carta, que é ao mesmo tempo um documento científico e informativo: ele era espanhol, bacharel em artes e medicina, médico e cirurgião de D. Manuel. Para o objetivo desta tese, o que nos interessa mais é o fato de ser ele também tradutor, tendo sido o responsável pela tradução castelhana da obra latina *De situ orbis*, de Pomponio Mela (século I). Essa obra de geografia, de Mela, e também a *Geografia*, de Ptolomeu, foram provavelmente as mais prestigiadas pelos navegantes quinhentistas (Pereira, 1999, p. 20).

O manuscrito dessa tradução de Mestre João foi usado como fonte principal do *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, redigido entre 1505 e 1508: “uma das obras e das personalidades mais significativas da grande época dos descobrimentos marítimos e da expansão portuguesa dos séculos XV e XVI” (Barradas de Carvalho, 1982, p. 15), sobretudo no que diz respeito ao conceito de experiência, já reclamado por ele e alguns de seus contemporâneos como a mãe de todas as coisas. Além de chefe militar influente, Pereira foi também navegador, conhecendo muito bem a arte náutica. Por tudo isso, foi encarregado de reconhecer as costas da África e do Brasil, além de discutir com os castelhanos o Tratado de Tordesilhas (ibid., p. 22). O *Esmeraldo*, por sua vez, é considerado mais do que um roteiro, mas também um livro de história, geografia, cosmografia e marinharia. Nada disso, entretanto, impediu que Pereira fosse vítima da ingratidão real, tornando-se um veterano frustrado da odisseia lusitana,

pois caiu em descrédito, penúria financeira e esquecimento, bem como o seu livro (Aubin, 1991, p. 183-184).

Além do *De situ orbis*, outra influência na obra de Pacheco Pereira foi o *História natural*, de Plínio, a partir da tradução italiana, de Christophoro Landino. Joaquim Barradas de Carvalho, em seu *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no Esmeraldo de situ orbis* (1982), estabeleceu essa fonte de Pereira confrontando as traduções (original latino de Plínio, tradução italiana de Landino e tradução portuguesa de Pereira) e detectando erros do italiano que se reproduziram no português: “o acordo [da tradução italiana] com os textos do *Esmeraldo* é tal que Duarte Pacheco chega mesmo a reproduzir erros de tradução feitos por Landino” (ibid., p. 94). Interessante como “erros de tradução” podem se transformar em marcadores importantes para determinar por onde andou um texto.

No caso da tradução castelhana de Faras, cujo manuscrito se encontra na Biblioteca da Ajuda, o estabelecimento da fonte por Barradas de Carvalho foi ainda mais curioso, pois ele conseguiu determinar que os mais de 150 comentários nas margens desse manuscrito⁷⁵ foram feitos pelo próprio punho de Duarte Pacheco Pereira. Para isso, confrontou o texto latino de Pompônio Mela, a tradução castelhana de João Faras, os comentários em português nas margens desse manuscrito e o próprio *Esmeraldo de situ orbis*. Conclusão: “não há lugar para dúvidas: Pacheco traduz e transcreve, muitas vezes com absoluta fidelidade, passos mais ou menos longos do manuscrito da Ajuda” (ibid., p. 101). Além disso, há trechos exatamente iguais nos comentários do manuscrito e no corpo do texto do *Esmeraldo*. Nesse caso, ao contrário do que vimos no parágrafo anterior, o interessante é que foi a “fidelidade na tradução” que facilitou a determinação da trajetória do texto.

É importante dizer que nem sempre os autores são citados diretamente por Pereira. De todas as suas fontes, Plínio é o mais citado nominalmente, apesar de ser Pompônio Mela a maior influência, ainda que não seja sempre mencionado diretamente. Trata-se, em certas passagens, de “uma cerzidura de textos traduzidos da obra de Pompônio Mela” (ibid., p. 123). O nome de Sacrobosco só aparece uma vez no *Esmeraldo*, apesar de ser o *Tratado da esfera* a sua terceira principal fonte. É justamente sobre isso – o problema das fontes não citadas

⁷⁵ Cf. Anexo 19.

diretamente – o post-scriptum do livro de Barradas de Carvalho (1982, p. 179-198). Numa discussão com seu amigo Luís de Albuquerque sobre o *Tratado da Esfera* ser ou não fonte do *Esmeraldo*, Barradas de Carvalho reforça seus argumentos com evidências históricas que demonstram que Pereira realmente usou uma versão portuguesa do *Tratado da esfera* que se encontrava em *Os guias náuticos de Munique e Évora*, ou seja, uma versão anterior à já mencionada tradução de Pedro Nunes. Para Barradas de Carvalho, o fato de o *Tratado da esfera* só ser citado diretamente uma vez no *Esmeraldo* não representa problema, até porque a principal fonte do livro, o *De situ orbis*, também é pouco citado diretamente, cabendo ao *História natural*, cuja importância é inferior, ser o campeão de citações diretas. Daí sua resposta final a Albuquerque:

Se Duarte Pacheco não se preocupou em citar explícita e exactamente Pompónio Mela, que ele tanto utilizou, como ia ele preocupar-se em citar explicitamente e exactamente um autor e uma obra, Sacrobosco e o *Tratado da Esfera*, que ele utilizou muitíssimo menos? (ibid., p. 198)

Independentemente do número de citações diretas, encontram-se pelo menos 30 referências a Pompónio Mela, quase 30 referências a Plínio e cerca de 12 referências a Sacrobosco, entre outras fontes que aparecem menos (ibid., p. 196). Essa “cerzidura” de Pereira, escrita típica desses tempos que antecedem o projeto de modernidade – que produzirá conceitos como os de sujeito e autor –, é, de certa forma, uma reescrita. Não propriamente uma tradução, mas uma grande compilação de textos antigos, aproveitados na medida da necessidade e do interesse de Duarte Pacheco Pereira, esse nobre piloto intelectual que, além de servir à realeza, atendia também, por força de sua atividade navegante, aos interesses de uma burguesia nascente (ibid., p. 160).

Barradas de Carvalho é mais um autor que entende o desenvolvimento náutico não como uma empreitada humanista de acadêmicos latinistas, mas sim uma empreitada técnica e até experimental, levada a cabo pelos práticos da época, num sentido que ele chama de “a pré-história do pensamento e da ciência modernos”:

O facto de ter lido Sacrobosco em português, Plínio em italiano, Pompónio Mela em castelhano acrescido ainda de muitas ou mesmo quase todas as suas citações eruditas serem de segunda mão, leva-nos a concluir que Duarte Pacheco Pereira não era apenas um fraco latinista, mas muito mais um homem de acção e um homem de ciência do que um humanista. Tinha as fraquezas e as virtudes dos

homens práticos da época, que, parece-nos, deram uma contribuição muito mais poderosa para aquilo a que chamamos “a pré-história do pensamento e da ciência modernos” do que as Universidades, o seu corpo docente, e mesmo os humanistas, cheios de erudição. (Barradas de Carvalho, 1982, p. 159-160)

Sob esse ponto de vista, podemos dizer que a ciência náutica – quiçá a ciência moderna de um modo geral – nasce como uma prática, cuja literatura, sobretudo técnica e manuscrita, tenta se amparar nos vernáculos, seguindo um caminho paralelo ao do humanismo. Sobre essa independência entre humanismo e ciência, além do aqui mencionado, Barradas de Carvalho, e do citado em seção anterior, Silva Dias, temos também Luís Felipe Barreto (1989, p. 104), que fala da predominância da língua portuguesa, dos textos manuscritos e da formação não universitária na cultura dos Descobrimentos, comparando com o latim e com os textos impressos da escolástica e do humanismo. Para Barreto, esse é um diferencial marcante do Renascimento português, notadamente laico e estatal, em relação à maioria dos discursos hegemônicos do Renascimento, que adotavam o latim como língua de veiculação da ciência e da filosofia. E é justamente o *Esmeraldo* que ele cita como exemplo dessa tensão entre os acadêmicos “astrólogos” e os “indoutos vulgos”, “pelas divergências de cálculo entre os astrólogos e os marinheiros” (ibid., p. 81), mais precisamente o capítulo 11 do livro 1. Muito embora não se possa falar num rompimento com a mentalidade tradicional, “o todo do horizonte epistémico e ontológico do Renascimento é bem mais de herança e de continuidade do que de ruptura frente à tradição” (ibid., p. 90), o que caracteriza o discurso de Duarte Pacheco Pereira é o cruzamento entre o saber teórico dos cientistas (astrólogos) e o saber prático dos marinheiros. Daí a sua importância na história da ciência náutica.

Decerto que há outras figuras que, como Pereira, se destacam por seus feitos e escritos, sobretudo por seu caráter experimental, ou experientalista, que, nos termos de Barreto, é uma filosofia da ciência que toma a experiência como “determinante de todo o programa do saber” (ibid., p. 85). Talvez o mais emblemático desse experientalismo junto com Pereira seja o já mencionado ex-aluno de Pedro Nunes, D. João de Castro, com o seu *Tratado da esfera por perguntas e respostas* e os seus vários roteiros, notadamente didáticos, críticos e pragmáticos. Apesar de Pedro Nunes nunca ter conseguido empreender um diálogo bem-sucedido com a prática náutica, provavelmente porque nunca subira

num navio, representa, junto com Pereira e Castro, a vanguarda dessa ciência náutica e da literatura científica portuguesa dos quinhentos.

Até aqui vimos algumas figuras peninsulares que de algum modo repercutiram práticas tradutórias e astrolômicas no período expansionista. Agora só falta dar atenção ao nosso último personagem: Juan Gil, o tradutor quatrocentista do *Tetrabiblos* para o castelhano.

7.6

João Gil (ou Juan Gil?) e o fim da nossa saga tetrabíblica

Esta tese se encerra com uma breve apresentação do manuscrito 1866 da Biblioteca Nacional de España (BNE), em Madri, datado do século XV: uma tradução castelhana do *Tetrabiblos* feita por Juan Gil.

Vale lembrar que, por tudo que já dissemos aqui sobre o prestígio da obra de Ptolomeu e sobre o papel da astrolomia na expansão marítima portuguesa, seria lícito esperar que houvesse uma tradução portuguesa do *Tetrabiblos* feita nesse período. No entanto, por todos os motivos que já levantamos neste capítulo, sobretudo a ação da Inquisição sobre os livros de astrologia e o histórico bilinguismo dos portugueses, que decerto inibiram a produção e a sobrevivência de certas obras, não encontramos nenhum rastro da suposta tradução. Tendo em vista esse grande intercâmbio não só linguístico, mas também científico e político entre Portugal e Espanha nesse período, principalmente no que diz respeito à empreitada expansionista, consideramos que o achamento do manuscrito 1866 é um grande resultado, atendendo completamente à nossa expectativa.

Para começar, vejamos o caminho que nos levou a Madri. A primeira referência a esse manuscrito nos foi franqueada pelo já mencionado artigo de Guy Beaujouan, “L’astronomie dans la péninsule ibérique à la fin du Moyen Âge” (1969). Ao falar da riqueza e da vitalidade da tradição castelhana aliada à cultura astrológica portuguesa no início dos quatrocentos (p. 11), Beaujouan menciona o astrólogo Juan Gil de Castiello ou de Burgos, do século XIV, autor de um “grande livro de astronomia”, citado, como veremos mais adiante, pelo rei D. João I, de Portugal, em seu *Livro da montaria*, e que provavelmente foi escrito em castelhano.

Talvez esse “grande livro de astronomia” seja o *De magia*, guia astrológico do século XV, atribuído a João Gil, cujo manuscrito aljamiado (português arcaico em caracteres hebraicos) foi apresentado pela primeira vez na tese de doutorado de Alexia Duchowny (2007), defendida na Faculdade de Letras da UFMG, *De magia (Ms. Laud. Or 282, Bodleian Library): edição e estudo*. Talvez Gil tenha sido um escriba da corte real de Aragão e da Catalunha, responsável por copiar o “livro de astronomia”, usado em catalão pelo redator do *Livro da montaria* e pelo tradutor da versão do *De magia* (Duchowny, 2007, p. 21-42). Talvez esse “grande livro” seja o próprio *Tetrabiblos*, por que não? Apesar da dificuldade de montar a biografia de Juan Gil, ou João Gil, esse personagem está definitivamente ligado ao *Tetrabiblos*, por acreditarmos ser ele o responsável pela tradução castelhana do manuscrito 1866 da Biblioteca Nacional de Madri.

Segundo o *Inventario general de manuscritos da Biblioteca Nacional* (1959, p. 267-268), a tradução castelhana seria de um anônimo, feita com base na tradução latina que Juan Gil teria feito do já mencionado comentário árabe de Ali ibn Ridwan: “É, ao que parece, um extrato e tradução castelhana feita por um anônimo segundo a versão árabe de Ali e a latina de Juan Gil” (p. 268). De fato, ao longo do manuscrito, encontram-se comentários introduzidos por “disse Juan Gil”, da mesma forma que se encontram “disse Ptolomeu” ou “disse Galeno”, que podem levar um leitor moderno à apressada conclusão de que, pelo uso da terceira pessoa, decerto que a tradução não foi feita pelo próprio Gil. No entanto, como temos visto nesta tese, a questão da autoria nesse período não é tão simples assim. Autores, tradutores, comentadores e copistas se confundem. Comentários inseridos no meio de traduções são extremamente comuns, quer sejam feitos pelos tradutores ou pelos próprios copistas. Omissões de autoria também ocorrem amiúde, daí a necessidade de examinar de perto essas obras para saber se realmente são o que fichas e catálogos bibliográficos dizem.⁷⁶

Beaujouan (1969, p. 11) considera inquestionável a autoria castelhana de Gil de um livro de astrolomia que se encontra em Sevilha, bem como os diversos

⁷⁶ Na BNP, por exemplo, o incunábulo 1062 foi catalogado como obra de Firmicus, mas um exame um pouquinho mais cuidadoso revela que, apesar de ser um códice com vários textos astrológicos helenísticos de autores diferentes, como Manilius e Proclo, semelhante a outros que também contêm a obra de Firmicus, como os incunábulos 1059 e 1060, o Inc. 1062 é exatamente igual aos Inc. 1059 e 1060, exceto pela ausência de Firmicus, ou seja, a referência estava errada. Decerto que informamos isso aos bibliotecários e, sob sua orientação, corrigimos manualmente o catálogo.

castelhanismos encontrados na versão hebraico-portuguesa do *De magia* que se encontra em Oxford. Levando-se tudo isso em conta, os comentários no *Tetrabiblos* constituem indícios, junto com as críticas explícitas que Gil faz a Ali no meio do manuscrito, de que essa tradução castelhana é de Juan Gil e que ele também “não é um simples copista, mas um astrólogo profissional” (Beaujouan, 1969, p. 11). Entretanto a escrita do manuscrito 1866 é do século XV, o que indica que outro punho foi responsável pela cópia, este sim anônimo. Assumimos, então, as seguintes camadas nesse palimpsesto:

1) O *Tetrabiblos*, de Ptolomeu, foi traduzido do grego para o árabe e comentado por Ali ibn Ridwan, no século X, talvez início do XI, provavelmente no Egito;

2) Na corte de D. Afonso X, rei de Leão e Castela, no século XIII, essa versão árabe foi traduzida para o castelhano e para o latim, como vimos no capítulo 6;

3) No século XIV, Juan Gil fez uma tradução para o castelhano, mas não sabemos se do árabe ou do latim, ou quiçá uma adaptação do próprio castelhano, afinal, não seria absurdo supor que Juan Gil, por transitar nas cortes ibéricas, tenha tido acesso a uma dessas traduções feitas um século antes (mas o contrário também não seria absurdo);

4) No século XV, um anônimo fez uma cópia dessa tradução de Juan Gil, que se encontra preservada no manuscrito 1866 da BNE.

A tradução de Ali ibn Ridwan, normalmente tratada como “interpretação” ou “comentário”, parece ter sido muito popular no período medieval. Foi justamente a sua versão latina que serviu de base para a recente tradução espanhola do *Tetrabiblos*, feita por Demetrio Santos (1980), mais precisamente uma edição veneziana de 1519.⁷⁷ Na introdução, Santos faz algumas colocações interessantes sobre a sua estratégia de tradução:

Apesar da obra de Haly, com seus próprios comentários, ser de grande interesse por descrever perfeitamente o mundo ptolomaico e medieval, só foram transcritos os indispensáveis, por ser igualmente perigoso nos deixarmos levar pela

⁷⁷ Cf. Anexo 20. Encontramos algumas edições semelhantes tanto em Salamanca quanto em Lisboa, em geral códices com vários textos de astrologia helenística, entre eles as obras de Manilius, Firmicus e Ptolomeu.

interpretação unilateral do autor. Deste modo, damos ao leitor um certo grau de liberdade para compreender o texto diretamente. Em alguns momentos, pecamos com traduções excessivamente literais, mas também tentamos não influir no ânimo do leitor com nossa particular versão, possivelmente incorreta em muitos casos. (Santos, 1980, p. 8)

De volta ao artigo de Beaujouan, ele ainda dá pistas de um outro texto antigo que nos interessa. Ele diz que o médico português Afonso Dinis (?-1352) fez um relatório, aparentemente sob demanda do rei de Portugal, D. Afonso IV, da tradução latina do *Tetrabiblos* feita por Egídio de Thebaldis no século XIII. Esse relatório talvez seja o “manuscrito de astronomia em latim e catalão” que se encontrava no monastério de Santes Creus, datado de 1334 e atribuído a Afonso Dinis. Atualmente perdido, o último rastro desse relatório é um catálogo italiano de venda da biblioteca do príncipe Boncompagni, de 1898 (Beaujouan, 1969, p. 8).

Além do interesse desses textos para entendermos o sistema de literatura astrolômica no período em questão, vale lembrar, como já vimos anteriormente, que, considerando-se “o papel representado pela astrologia no estudo da astronomia” (ibid., p. 22), esse é mais um indício de que no século XIV “já havia uma certa cultura astronômica em Portugal” (ibid., p. 21). Tratava-se sobretudo não “de um progresso científico no sentido de novas descobertas, mas sim de transmissão aos homens de mar dos conhecimentos já existentes em camadas restritas” (ibid., p. 22).

Voltemos ao manuscrito 1866 da BNE. Encadernado no século XVII, suas dimensões surpreendem (diz o catálogo que a capa tem 394 x 280). Para manuseá-lo com todo o cuidado que um manuscrito de mais de 500 anos merece, ele foi colocado sobre uma grande almofada em cima de uma das mesas de leitura da sala de reservados. Chamam logo a atenção o bom estado geral do manuscrito, a bela letra com que foi escrito, as iniciais destacadas em vermelho e as duas colunas de uma edição frente-e-verso. Além disso, como todos os outros manuscritos e impressos dessa época, examinados em outras bibliotecas espanholas e portuguesas, esse também estava todo anotado, comentado e cheio de esquemas nas margens, como se pode ver nos fólhos reproduzidos nos Anexos 21, 22 e 23 desta tese. Isso é um indício de que foi um livro bastante manuseado e estudado. Suas primeiras palavras no fólio Ia são: “Aqui começa o livro que é chamado

quadripartito, composto por Ptolomeu, e dividido em quatro partes”. Estamos, pois, diante daquilo que procurávamos.

Falta falar um pouco mais sobre Juan Gil, ou João Gil. Para isso, rumemos de volta a Lisboa, onde, na Biblioteca Nacional, encontramos o artigo “O astrólogo João Gil e o ‘Livro da montaria’”, de Luciano Pereira da Silva, escrito em 1924. O *Livro da montaria* é atribuído a D. João I, rei de Portugal de 1415 a 1433, o primeiro da dinastia de Avis, pai dos já mencionados D. Duarte e D. Pedro, além do infante D. Henrique, o Navegador, tão conhecido por uma série de mitos sobre o seu conhecimento náutico, a sua relação com os templários e a fundação da Escola de Sagres.

Esse livro de D. João a princípio não nos interessa nem um pouco, pois trata da caça ao porco-montês. No entanto lá também se encontram algumas referências à astrolomia do seu tempo e – o que mais nos chama a atenção – ao “grande astrólogo” João Gil e ao seu “grande livro de astronomia”. Ptolomeu também é citado, entre outros autores e obras de astrolomia. Silva (1924, p. 4) acredita que esse livro de astronomia “fornece o exemplo de uma obra de proveniência catalã, gostosamente lida na côrte portuguesa”. Para isso, ele se baseia nas relações familiares entre os dois reinos, que poderiam ter facilitado a importação de obras de astrolomia, tão cultivadas na corte catalã, e em três documentos de 1350, 1351 e 1352 que mencionam Gil.

Um desses documentos é uma carta em que o rei de Aragão e da Catalunha pede rapidez na tradução para o catalão do “livro de astronomia” levado por João Gil. Não fica claro se Gil é tradutor, copista ou o quê, nem que texto é esse a ser traduzido, tampouco em que língua ele se encontra. Talvez estivesse em latim, talvez árabe, talvez castelhano. Talvez seja um livro castelhano de autoria do “grande astrólogo” João Gil, talvez seja uma tradução feita por ele de um livro mais antigo, talvez o *Tetrabiblos*.

Em outro documento, o rei manda que se pague 600 soldos a João Gil por escrever dois livros, sendo um deles “de astronomia”. Nesse caso, “escrever” pode ser uma menção àquele tipo de tradução oral que já vimos mencionado no texto de D. Duarte, “Da maneira pera bem tornar alguma leitura em nossa linguagem”, e que era muito comum no período medieval, em que a tradução é feita oralmente, amiúde discutida em grupo, ficando alguém responsável por escrevê-la ou talvez fazer uma revisão final.

Enfim, considerando-se todos esses argumentos, e também os quase 100 anos que separam a escrita, ou reescrita, de João Gil da escrita de D. João I, e sobretudo a lacuna espaço-temporal que nos separa de tudo isso, talvez não haja outra alternativa a não ser aceitar as limitações empíricas de um trabalho desse tipo e assumir que completamos as lacunas da história com a nossa imaginação, como o historiador Antoine Roquentin, de Jean-Paul Sartre, em *A náusea* (2006, p. 26, nossos grifos):

O que falta em todos esses testemunhos é firmeza, consistência. Eles não se contradizem, mas também não se conciliam [...]. E no entanto os outros historiadores trabalham com informações do mesmo tipo. Como fazem? Serei mais escrupuloso ou menos inteligente? Aliás, colocada assim, a pergunta não me perturba. Muito bem: [...] não há provas: começo a achar que nunca se pode provar nada. Trata-se de **hipóteses honestas** que explicam os fatos: mas sinto tão claramente que provêm de mim, que são simplesmente uma maneira de unificar meus conhecimentos! [...] Lentos, preguiçosos, enfadonhos, os fatos se acomodam ao rigor da ordem que quero lhes dar, mas lhes permanecem exteriores. Tenho a impressão de estar fazendo um trabalho puramente imaginativo. Além do mais, estou convencido de que personagens de romance pareceriam mais verdadeiros. Seriam pelo menos mais agradáveis.

Nos termos de Roquentin, a nossa hipótese honesta – de que o *Tetrabiblos* peregrinou de veras, transformando-se ao longo do tempo num constructo histórico – parece demonstrada, oferecendo um nexos para esse palimpsesto de múltiplas reescritas e diversos personagens. Na expectativa de que esses personagens, apesar de não serem de romance, tenham constituído uma narrativa de agradável leitura e de alguma relevância, encerramos aqui o nosso trabalho.